

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUIZ FERNANDO CASTELLER LUZIETTI

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR MEIO DO
MODELO FLEURIET: O CASO DA COOPERSULCA

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011.

LUIZ FERNANDO CASTELLER LUZIETTI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR MEIO DO
MODELO FLEURIET: O CASO DA COOPERSULCA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Orientador: Prof. Me. Cleyton Oliveira Ritta

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2011.

LUIZ FERNANDO CASTELLER LUZIETTI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR MEIO DO
MODELO FLEURIET: O CASO DA COOPERSULCA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, com linha de pesquisa em Contabilidade Financeira.

Criciúma, 06 de Dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mestre - Cleyton de Oliveira Ritta - Orientador

Profa. Ma. Andreia Cittadin - Examinador

Prof. Esp. Clayton Schueroff - Examinador

Dedico este trabalho a minha família,
à minha namorada,
aos meus amigos,
e a todas as pessoas que contribuíram
para que este trabalho se tornasse
concreto.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado o dom da vida, sabedoria, força e coragem para que eu pudesse superar os obstáculos, fazendo com que mais uma etapa da minha vida se tornasse concreta.

Em seguida gostaria de agradecer a minha família pelo exemplo de vida e incentivo, no qual estão presentes em todos os momentos da minha vida. Gostaria de agradecer de uma forma especial ao meu Padrinho Sérgio que sempre me deu apoio e sempre foi compreensivo comigo, o qual se tornou o meu porto seguro.

Em especial a minha namorada Giorgia, pelo amor que teve comigo em mais essa etapa da minha vida, sempre me dando força, incentivos quando estava desanimado, pela compreensão nos momentos de angústia e de preocupação. Obrigado por você existir e acreditar em mim.

Ao meu orientador Cleyton de Oliveira Ritta, pelo apoio e dedicação que teve em me passar o seu conhecimento para que eu pudesse concluir este trabalho.

Enfim, gostaria de agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho, o qual representa mais uma vitória em minha vida.

RESUMO

LUZIETTI, Luiz Fernando Casteller. **Análise das Demonstrações Contábeis por meio do Modelo Fleuriet: o estudo de caso da Coopersulca**. 2010. 66 p. Orientador: Cleyton de Oliveira Ritta. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A análise das demonstrações contábeis permite visualizar a situação patrimonial, financeira e econômica das organizações. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é demonstrar de que forma a análise das demonstrações contábeis por meio do Modelo Fleuriet contribui para a gestão de uma cooperativa agropecuária. Para atingir os objetivos realiza-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, e qualitativa por meio um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária localizada no município de Turvo. Os resultados mostram que: a) uma situação patrimonial média de 57% para o ativo circulante, 43% para ativo não circulante, 35% para o passivo circulante, 24% para o passivo não circulante e 40% para o patrimônio líquido; b) a situação financeira evidencia que a empresa fez um grande investimento financiado, em sua maioria, por instituições financeiras e, com isso, os indicadores de liquidez e endividamento ficaram fragilizados no ano de 2007; c) os indicadores de análise dinâmica evidenciaram que a cooperativa depende significativamente de recursos financeiros de terceiros para suprir as necessidades operacionais e os investimentos de longo prazo. Conclui-se que é preciso que a cooperativa busque novas alternativas para minimizar as necessidades de capital de giro, para que assim consiga atingir seus objetivos propostos e honrar as obrigações com terceiros.

Palavras-chave: Análise das Demonstrações Contábeis. Modelo Fleuriet. Cooperativa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	23
Figura 2 - Índice de Liquidez Imediata	30
Figura 3 - Índice de Liquidez Seca	31
Figura 4 - Índice de Liquidez Corrente	31
Figura 5 - Índice de Liquidez Geral.....	32
Figura 6 - Composição do Endividamento	33
Figura 7 - Participação de Capital de Terceiros	34
Figura 8 - Endividamento Geral	35
Figura 9 – Necessidade Líquida de Capital de Giro	37
Figura 10 - Capital de Giro Líquido.....	38
Figura 11 – Tesouraria.....	39
Figura 12 - Capital de Giro Próprio.....	40
Figura 13 – Longo Prazo.....	40
Figura 14 – Termômetro da Situação Financeira	41
Figura 15 – Cooperativa de Tecelões	43
Figura 16 – Indústria Nova.....	47
Figura 17 – Balanço Patrimonial	48
Figura 18 – Reclassificação das Contas do Balanço Patrimonial	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Usuários das Demonstrações Contábeis	18
Quadro 2 – Estrutura do Balanço Patrimonial.....	20
Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício	21
Quadro 4 – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados	22
Quadro 5 – Demonstração do Valor Adicionado.....	24
Quadro 6 – Demonstração do Fluxo de Caixa Direto	26
Quadro 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto	26
Quadro 8 – Grupos de Contas para Modelo Fleuriet.....	36
Quadro 9 – Segmentos do Cooperativismo	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 – Liquidez Imediata	49
Gráfico 2 – Liquidez Seca	50
Gráfico3 – Liquidez Corrente	51
Gráfico 4 – Liquidez Geral	52
Gráfico 5 – Composição do Endividamento	53
Gráfico 6 – Participação de Capital de Terceiros.....	54
Gráfico 7 – Endividamento Geral.....	55
Gráfico 8 – Necessidade Líquida de Capital de Giro.....	56
Gráfico 9 – Capital de Giro Líquido	57
Gráfico 10 – Saldo da Tesouraria.....	58
Gráfico 11 – Capital de Giro Próprio	59
Gráfico 12 – Longo Prazo	60
Gráfico 13 – Termômetro da Situação Financeira	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC = Antes de Cristo

ACF = Ativo Circulante Financeiro

ACO = Ativo Circulante Operacional

CGL = Capital de Giro Líquido

CGP = Capital de Giro Próprio

CPC = Comitê de Pronunciamentos Contábeis

COOPERSULCA = Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense

CE = Composição do Endividamento

CFC = Conselho Federal de Contabilidade

COOPESP = Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo

DFC = Demonstração de Fluxo de Caixa

DLPA = Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

DMPL = Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE = Demonstração do Resultado do Exercício

DVA = Demonstração do Valor Adicionado

EG = Endividamento Geral

LC = Liquidez Corrente

LG = Liquidez Geral

LI = Liquidez Imediata

LS = Liquidez Seca

LP = Longo Prazo

NLCG = Necessidade Líquida de Capital de Giro

OCB = Organização das Cooperativas Brasileiras

OCESC = Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

PCT = Participação de Capital de Terceiros

PCF = Passivo Circulante Financeiro

PCO = Passivo Circulante Operacional

ST = Saldo da Tesouraria

SC = Santa Catarina

S.A = Sociedade Anônima

TSF = Termômetro da Situação Financeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e Problema	13
1.2 Objetivos de Pesquisa.....	14
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Metodologia	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Contabilidade.....	17
2.2 Demonstrações Contábeis	18
2.1.1 Balanço Patrimonial	20
2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício	21
2.1.3 Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.....	22
2.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	23
2.1.6 Demonstração do Valor Adicionado	24
2.1.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	25
2.1.8 Notas Explicativas	27
2.3 Análise das Demonstrações Contábeis.....	28
2.3.1 Análise Tradicional das Demonstrações Contábeis	29
2.3.1.1 Índices de Liquidez	29
2.3.1.1.1 Liquidez Imediata.....	30
2.3.1.1.2 Liquidez Seca	30
2.3.1.1.3 Liquidez Corrente	31
2.3.1.1.4 Liquidez Geral	32
2.3.1.2 Índices de Endividamento	33
2.3.1.2.1 Composição de Endividamento.....	33
2.3.1.2.2 Participação do Capital de Terceiros	34
2.3.1.2.3 Endividamento Geral.....	34
2.3.2 Análise Dinâmica Demonstrações Contábeis proposta por Fleuriet	35
2.3.2.1 Modelo Dinâmico Fleuriet.....	35
2.3.2.2 Indicadores do Modelo Dinâmico Fleuriet.....	36
2.3.2.2.1 Necessidade Líquida de Capital de Giro	37
2.3.2.2.2 Capital de Giro Líquido	37

2.3.2.2.3 Saldo da Tesouraria	38
2.3.2.2.4 Capital de Giro Próprio	39
2.3.2.2.5 Longo Prazo	40
2.3.2.2.6 Termômetro da Situação Financeira	41
2.4 Cooperativismo	42
2.4.1 Origem do Cooperativismo.....	42
2.4.2 Tipos de Cooperativas	44
2.4.3 Cooperativas Agropecuárias	45
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	46
3.1 Caracterização da Empresa.....	46
3.2 Procedimentos de Coleta dos Dados	47
3.3 Descrição e Análise dos Resultados.....	48
3.3.1 Identificação da Estrutura Patrimonial da Cooperativa.....	48
3.3.2 Indicadores Financeiros de Liquidez e Endividamento	49
2.3.3 Indicadores da Análise Dinâmica de Balanços	55

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o tema e o problema abordado nesta pesquisa. Na seqüência aborda-se o objetivo geral e os específicos. Em seguida tem-se a justificativa do estudo que demonstra a contribuição teórica, prática e social do trabalho. Por fim descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados.

1.1 Tema e Problema

Ao longo dos anos o ambiente econômico-financeiro das empresas tem se tornado cada vez mais acirrado. Com isso as empresas buscam formas de gestão para manterem-se atuando no mercado. A análise das demonstrações contábeis é uma alternativa que auxilia os gestores nas tomadas de decisões e contribui para que a empresa se torne mais competitiva no mercado.

A contabilidade tem se tornado cada vez mais importante para as organizações, pois é por meio dela que são apurados os resultados da empresa. A partir dos resultados obtidos pode-se fazer análise da situação econômica e financeira das entidades e tomar as devidas providências para que se atinja as metas estabelecidas. As demonstrações contábeis devem ser confiáveis e precisas, para que seja utilizada com segurança na tomada de decisão.

Com o passar dos tempos a contabilidade evoluiu e atualmente representa muito mais do que o controle patrimonial. Ela tem como foco a identificação e registro de todos os atos e fatos que possam ser mensurados e contabilizados. Tais transações demonstram a situação e a variação do patrimônio das entidades. Diante disso, a análise das demonstrações contábeis serve para direcionar os gestores a maximizar os resultados organizacionais.

Dentre os vários tipos de organizações, neste estudo destacam-se as cooperativas agrícolas. De modo geral, as cooperativas são de grande importância para a sociedade. Elas têm um importante papel na comunidade como um agente de desenvolvimento econômico onde estão inseridas. Como todas as organizações empresariais, as cooperativas também necessitam de informações contábeis para

melhor gerir seu crescimento. Logo, a análise das demonstrações contábeis contribui para a gestão dos negócios.

A partir disso, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: De que forma a análise das demonstrações contábeis por meio da metodologia/modelo Fleuriet contribui no processo de gestão de uma cooperativa agropecuária?

1.2 Objetivos de Pesquisa

O objetivo geral deste estudo consiste em demonstrar de que forma a análise das demonstrações contábeis por meio da metodologia/modelo Fleuriet contribui para a gestão de uma cooperativa agropecuária.

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar a estrutura patrimonial da cooperativa;
- 2) Calcular os indicadores financeiros de liquidez e endividamento; e
- 3) Calcular os indicadores da análise dinâmica de balanços propostos por Fleuriet.

1.3 Justificativa

Os gestores das empresas constantemente precisam tomar decisões que tendem a trazer benefícios, mas podem também ocasionar prejuízos para as mesmas. Sabe-se que para tomar uma decisão é necessário analisar vários fatores organizacionais, mas para isso acontecer de modo seguro é preciso ter uma série de informações.

Segundo Matarazzo (2003, p. 39), “a análise das demonstrações visa extrair informações para a tomada de decisão. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas.” A análise das demonstrações contábeis é um instrumento que permite visualizar a situação econômica e financeira das empresas e, portanto, possibilita a compreensão da posição patrimonial.

O presente trabalho contribui de forma teórica com a ciência contábil ao utilizar estudos bibliográficos existentes sobre análise das demonstrações contábeis em uma cooperativa agropecuária. Estas organizações têm por finalidade desenvolver a sociedade em geral, dando suporte para as pessoas mais desfavorecidas, por meio de ajuda mútua. As cooperativas visam beneficiar os cooperados e a sociedade em que estão inseridas.

A realização deste trabalho justifica-se pela contribuição prática para a organização investigada, pois o estudo proporciona o conhecimento da “saúde” financeira do empreendimento.

A contribuição social acontece pela utilização do trabalho pelos usuários das informações contábeis da organização tais como diretores, gestores, cooperados, entre outros. Além disso, o presente trabalho contribui com a ciência contábil ao ser usado por alunos, professores e demais pesquisadores.

1.4 Metodologia

Para a elaboração deste estudo realiza-se uma pesquisa bibliográfica para atingir o objetivo geral da pesquisa.

Segundo Gil (1996, p. 48),

a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Segundo Santos (2004, p. 28)

são fontes bibliográficas os livros (de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc.), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos etc.), fitas gravadas de áudio e vídeo, websites, relatórios de simpósios, seminários, anais de congresso etc. A utilização total ou parcial de qualquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como pesquisa bibliográfica.

Quanto aos objetivos da pesquisa, o estudo é descritivo, pois se descreve e analisa as demonstrações contábeis de uma cooperativa. Segundo Gil (1996, p. 46), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Em relação a abordagem do problema, esta pesquisa é do tipo qualitativa e quantitativa. Segundo Goldenberg (2000, p. 49), “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social.”

Já Richardson (1999, p.70) observa que,

[...] o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estáticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Para que se consiga atingir os objetivos da pesquisa, realiza-se um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária que beneficia arroz e comercializa insumos agrícolas e produtos alimentícios. Segundo Viana (2001, p.140) a pesquisa do tipo estudo de caso “objetiva um estudo detalhado, profundo e exaustivo de um objeto ou situação, contexto ou indivíduo, uma única fonte de documentos, acontecimentos específicos e outras situações, sempre de forma a permitir o entendimento da sua totalidade.”

Para a execução do trabalho utilizam-se os documentos da empresa investigada. Logo, o trabalho caracteriza-se como pesquisa documental.

Martins e Theóphilo (2009, p.55) enfatizam que,

a estratégia de pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. Os documentos são dos mais variados tipos, escritos ou não, tais como; diários; documentos arquivados em entidades públicas e entidades privadas; gravações; correspondências pessoais e formais; fotografias; filmes; mapas etc.

Tais procedimentos metodológicos são utilizados com a finalidade de analisar a contribuição do modelo Fleuriet para análise do desempenho da cooperativa investigada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo aborda-se o tema análise das demonstrações contábeis com a apresentação dos tópicos: contabilidade, demonstrações contábeis, análise das demonstrações contábeis e cooperativismo.

2.1 Contabilidade

A contabilidade surgiu desde os primórdios do homem, devido à necessidade de controlar os bens. A partir daí surgiram os primeiros controles de inventários do patrimônio.

Tinoco (2001, p.19) enfatiza que:

segundo historiadores, remontam a 4.000 a.C. os primeiros registros contábeis de que se tem notícia. Desde os primórdios tempos, sempre a Contabilidade teve por escopo a informação. Em seu início, o usuário principal e talvez único, durante muito tempo, foi o proprietário. Assim, determinado pastor, quando queria saber o número de cabeças de seu rebanho, procedia a uma contagem física e essa informação era suficiente para seus objetivos, de ter conhecimento do que possuía.

A contabilidade é uma ciência muito antiga que surgiu devido às necessidades que o homem possuía para controlar o seu patrimônio. De acordo com Ribeiro (2005, p.2), “a contabilidade, portanto, é uma ciência social que tem por objetivo o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.”

Para Marion (2006, p.26), “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem as suas decisões.”

Segundo Barros (2005, p.17), “a contabilidade é uma ciência social que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativos aos atos e fatos da administração e da economia. É desse modo, a ciência que trata do controle do patrimônio das entidades”.

O Quadro 1 apresenta os usuários das demonstrações contábeis.

Investidores	Os provedores de capital de risco e seus analistas que se preocupam com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz.
Empregados	Os empregados e seus representantes estão interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores.
Credores por empréstimos	Estes estão interessados em informações que lhes permitam determinar a capacidade da entidade em pagar seus empréstimos e os correspondentes juros no vencimento.
Fornecedores e outros credores	Os fornecedores e outros credores estão interessados em informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas nos respectivos vencimentos.
Clientes	Os clientes têm interesse em informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando têm um relacionamento a longo prazo com ela, ou dela dependeram como fornecedor importante.
Governo e suas agências	Os governos e suas agências estão interessados na destinação de recursos e, portanto, nas atividades das entidades.
Público	As entidades afetam o público de diversas maneiras. Elas podem, por exemplo, fazer contribuição substancial à economia local de vários modos, inclusive empregando pessoas e utilizando fornecedores locais.

Quadro 1: Usuários das Demonstrações Contábeis

Fonte: Adaptado Iudícibus *et. al.* (2010, p.35).

A evolução da contabilidade sempre esteve associada às necessidades do homem e o desenvolvimento da sociedade em que ele está inserido. É por meio dela que são feitos os registros de todos os fatos ocorridos em uma organização. Tais registros proporcionam maiores informações aos gestores para que possam tomar decisões assertivas em relação à condução dos negócios.

2.2 Demonstrações Contábeis

O principal objetivo da Lei 11.638/2007, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, foi de atualizar e harmonizar as práticas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais.

Azevedo (2010, p.23) enfatiza que:

essa padronização de regras com o mercado internacional facilita a análise das demonstrações por investidores estrangeiros interessados em aplicar recursos em nosso país. A Lei n. 11.638/2007 visa também adequar a Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), principalmente na parte sobre

matéria contábil, à nova realidade da economia brasileira, tendo em vista o processo de globalização dos mercados, bem como a evolução havida, em âmbito mundial, dos princípios fundamentais de Contabilidade.

Azevedo (2010), ainda ressalta que, as novas regras contábeis introduzidas pela Lei n. 11.638/2007 e n. 11.941/2009 seriam, inicialmente, aplicadas somente para as sociedade de capital aberto e empresas de grande porte. No entanto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a resolução de n. 1.255/2009 que estendeu essa obrigatoriedade para as pequenas e médias empresas.

Segundo Ludícibus *et. al.* (2010, p.1),

com a edição da Lei nº 11.638/07, da medida Provisória nº 449/08 que se converteu na Lei nº 11.941/09, com a criação do CPC e da emissão de seus pronunciamentos Técnicos, Interpretações Técnicas e Orientação, a contabilidade brasileira está sofrendo uma outra “revolução”, provavelmente maior do que a anterior.

O principal produto da contabilidade, são as demonstrações contábeis. Elas são um conjunto de relatórios que apresentam a situação econômica e financeira das organizações. É por meio delas que os gestores e demais usuários extraem informações que auxiliam a compreensão do desempenho organizacional. Para Reis (2003, p. 42), “as demonstrações contábeis consistem num conjunto de demonstrativos previstos em leis, geralmente elaborados ao final de cada exercício social.”

Segundo Ludícibus (2008, p.26), “relatório contábil é a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade, em determinado período.”

De acordo com Silva (2009, p. 43),

as demonstrações contábeis são peças contábeis elaboradas com base técnicas, evidenciando a posição da empresa em determinado momento. São peças fundamentais capazes de levar informações a quem necessita sobre os aspectos financeiros e econômicos da organização.

As demonstrações contábeis evidenciam as situações financeiras, econômicas e patrimoniais de uma instituição. Nelas estão contidas uma síntese das transações comerciais registradas pela contabilidade para que os usuários das informações contábeis possam fazer suas considerações.

2.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem como objetivo demonstrar a situação financeira e patrimonial das empresas em determinados períodos.

Para Reis (2003, p. 51), ele “é uma apresentação estática, sintética e ordenada do saldo monetário de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa em determinada data.”

Segundo Assaf Neto (2007, p.67),

o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

O Quadro 2 demonstra a estrutura do balanço patrimonial.

Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajuste de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Quadro 2: Estrutura do Balanço Patrimonial

Fonte: Adaptado Ludícibus *et. al.* (2010, p.3).

Para Ribeiro (2005, p. 544), “o balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa, qualitativa, em determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.”

O Balanço Patrimonial revela a situação financeira e patrimonial da empresa em determinado período. É por meio dele que são elaboradas as análises de liquidez, endividamento, entre outras.

2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma apresentação resumida das operações que são feitas pela empresa em um determinado período.

Segundo Reis (2003, p.71),

a demonstração do resultado do exercício é uma peça contábil que mostra o resultado das operações sociais – lucro ou prejuízo – e que procura evidenciar tanto o resultado operacional do período, ou seja, o resultado das operações principais e acessórias da empresa, provocada pela movimentação dos valores aplicados no ativo, como o resultado líquido do período, ou seja, aquela parcela que efetivamente, ficou à disposição dos sócios para ser retirada ou reinvestida.

A DRE é composta pelos seguintes elementos conforme mostra o Quadro

3.

RECEITA BRUTA DAS VENDAS (-) Devoluções (-) Abatimentos (-) Impostos (=) Receita Líquida das Vendas e Serviços (-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos (=) Lucro Bruto (-) Despesas com vendas (-) Despesas Financeiras (deduzidas das Receitas Financeiras) (-) Despesas Gerais e Administrativas (-) Outras Despesas Operacionais (=) Lucro ou Prejuízo Operacional (+/-) Outras Receitas/Despesas (=) Resultados do Exercício antes do Imposto de Renda (-) Imposto de Renda e Contribuição Social (-) Participação de Debêntures (-) Participação dos Empregados (-) Participação de Administradores e Partes Beneficiárias (-) Contribuições para Instituições ou Fundo de Assistência ou Previdência de Empregados (=) Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício (=) Lucro ou Prejuízo por Ação
--

Quadro 3: Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010, p.31).

De acordo com Ribeiro (2005, p.365), “a demonstração do resultado do exercício é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado em determinado período de operações da entidade.”

A demonstração do resultado do exercício fornece os resultados de uma empresa em determinado período, pois o valor apurado é transferido para as contas do patrimônio líquido. (ASSAF NETO, 2007).

A principal finalidade ao se elaborar a DRE é descrever a formação do ganho gerado no exercício, mediante as contas de receitas, custos e despesas; até o resultado final que pode ser lucro ou prejuízo.

2.1.3 Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

A Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) tem por objetivo apresentar os fatores que modificaram, para mais ou para menos, os saldos dos lucros ou dos prejuízos acumulados.

De acordo com Iudícibus (2008), apenas uma parte dos lucros são distribuídos para os proprietários em forma de dividendos, sendo que a outra parte geralmente é investida nos negócios da empresa.

Para Assaf Neto (2007, p. 97),

a demonstração de lucros e prejuízos acumulados retrata as movimentações ocorridas na conta de lucros acumulados do patrimônio líquido, fornecendo explicações sobre seu comportamento ao longo do exercício social.

Segundo Reis (2003, p. 81), tal demonstração “visa, ainda, demonstrar de que forma foram distribuídos o resultado do exercício mais o saldo acumulado de exercícios anteriores e, em decorrência, qual a parcela que restou para a distribuição futura.”

A DLPA é composta pelos seguintes elementos conforme evidencia o Quadro 4.

Saldo no Início do Período
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores
(=) Saldo Inicial Ajustado
(+/-) Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
(+) Reversões de Reservas
(-) Destinações Durante o Exercício
Transferência para Capital
Dividendos Distribuídos
Transferência para reservas
(=) Saldo a Destinar
(-) Transferência para Reservas
(-) Dividendos a Distribuir
(=) Saldo no Fim do Período

Quadro 4: Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

Fonte: Adaptado de Reis (2003, p. 82).

Esta demonstração evidencia quais foram os fatores responsáveis pela geração de lucros ou prejuízos, além da movimentação dos resultados gerados.

2.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) indica a origem dos acréscimos e diminuição do patrimônio em determinado exercício.

Segundo Ribeiro (2005, p. 375), a DMPL “[...] é um relatório contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o patrimônio líquido em determinado período (NBC T 3).”

Iudícibus (2008) observa que a demonstração das mutações do patrimônio líquido evidencia as movimentações de todas as contas do patrimônio líquido em determinado exercício.

O Quadro 1 apresenta a estrutura da DMPL.

Movimentações	Capital Social	Reservas de Capital		Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros						Lucros ou Prejuízos Acumulados	
		Ágio na Subscrição de Ações	Doações e Subvenções		Reserva Legal	Reservas estatutárias	Reservas para contingência	Reservas para expansão	Reservas de Lucros a Realizar	Outras		
Saldo no início do Exercício												
Ajustes de Exercícios Anteriores												
Dividendos Extraordinários												
Aumento de Capital por Incorporação de Reservas												
Aumento de Capital por Subscrição de Integralização de Novas Ações												
Reversões de Reservas												
Lucro Prejuízo Líquido do Exercício												
Reavaliação do Ativo Permanente												
Incentivos Fiscais do IR												
Proposta de Destinação do Lucro												
Transferência para Reservas												
Dividendos Propostos												
Saldo Final do Exercício												

Figura 1: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Fonte: Assaf Neto (2007, p. 103).

Assaf Neto (2007, p. 101) enfatiza que “a demonstração das mutações patrimoniais abrange todas as contas do patrimônio líquido, identificando os fluxos

ocorridos entre uma conta e outra e as variações (acréscimos e diminuições) verificados no exercício.”

Esta demonstração mostra quais foram as causas das modificações que ocorrem no patrimônio líquido em determinado período.

2.1.6 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade informar o valor da riqueza da empresa e a sua forma de distribuição. Segundo Marion (2007, p. 68), “a demonstração do valor adicionado evidenciará os componentes geradores do valor adicionado a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros.”

O Quadro 5 demonstra a estrutura da DVA.

Descrição	Ano
1 – Receita	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
Outras receitas	
1.2) Receitas relativas a construção de ativos próprios	
1.3) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – reversão/(constituição)	
2 – Insumos Adquiridos de Terceiros	
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS E COFINS)	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	
2.4) Outras (especificar)	
3 – Valor Adicionado Bruto (1- 2)	
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 – 4)	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
6.3) Outras	
7 – Valor Adicionado Total a Distribuir (5 – 6)	
8 - Distribuição do Valor Adicionado	
8.1) Pessoal	
8.1.1 – Remuneração direta	
8.1.2 – Benefícios	
8.1.3 – FGTS	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.2.1 – Federais	
8.2.2 – Estaduais	
8.2.3 – Municipais	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	
8.3.1 - Juros	

Continua...

Conclusão.

8.3.2 - Aluguéis	
8.3.3 Outras	
8.4) Remuneração de capitais próprios	
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio	
8.4.2 - Dividendos	
8.4.3 – Lucros retidos/Prejuízo do exercício	
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	

Figura 5: Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Ludícibus *et. al.* (2010, p.583).

Para Silva (2009, p. 459), “a demonstração do valor adicionado (DVA) é um demonstrativo contábil que evidencia de forma concisa, a riqueza gerada em determinado período e como essa riqueza foi distribuída.”

Ludícibus *et. al.* (2010, p.581) enfatizam que,

a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultado de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo.

A DVA evidencia as fontes geradoras de riquezas que a organização obteve em determinado período e como foram distribuídos tais recursos.

2.1.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as transações realizadas em determinado exercício e por conseqüência as modificações do saldo da conta caixa ou equivalentes a caixa.

Segundo Ribeiro (2005, p.400), a DFC é “uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem o fluxo de dinheiro durante determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta caixa.”

Para Marion (2007, p.64),

a demonstração dos fluxos de caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Essa demonstração será obtida de forma direta (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de forma indireta (com base no lucro/prejuízo do exercício).

Silva (2009) menciona que a DFC é representação da movimentação das entradas e saídas de recursos da empresa. Ela tem por objetivo mostrar os ingressos e desembolsos de caixa e, assim, verificar a situação financeira das entidades.

Segundo Ludícibus *et. al.* (2010), o método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. Já o método indireto evidencia a geração e consumo de caixa mediante a reconciliação da conta lucro líquido do período.

O Quadro 6 apresenta a estrutura da DFC pelo método direto.

Fluxos de caixa das atividades operacionais
Recebimentos de clientes
Recebimento pelas duplicatas descontadas
Recebimento de juros
Pagamentos de fornecedores de mercadorias
Pagamento de tributos
Pagamento de salários
Pagamento de juros de financiamento
Pagamento de despesas antecipadas
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Aquisição da controlada X líquido do caixa incluído na aquisição
Compra de ativo imobilizado
Recebido pela venda de imobilizado
Juros recebidos
Dividendos recebidos
Caixa líquido usado nas atividades de investimento
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Recebido pela emissão de ações
Recebido por empréstimo a "longo" prazo
Pagamento de passivo por lease
Dividendos pagos
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período

Quadro 6: Demonstração do Fluxo de Caixa Método Direto

Fonte: Azevedo (2008, p. 50).

Quadro 7 evidencia a DFC pelo método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais
Lucro líquido antes do IR e CSLL
Ajustes por:
Depreciação
Perda cambial

Continua...

Conclusão

Resultado de equivalência patrimonial
Despesas de juros
Contas a receber de clientes e outros
Estoques
Contas a pagar
Caixa gerado pelas operações
Juros pagos
Imposto de renda e contribuição social
Imposto de renda na fonte sobre dividendos
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
Fluxos de caixa das atividades de investimentos
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição
Juros recebidos
Dividendos recebidos
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos
Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Recebimento pela emissão de ações
Recebimento por empréstimo a longo prazo
Pagamento de passivo por arrendamento
Dividendos pagos
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalente de caixa no fim do período

Quadro 7: Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 03 (2010, p.111).

O fluxo de caixa é uma ferramenta utilizada para fazer análise financeira, pois possibilita aos gestores uma melhor compreensão da situação caixa da organização e, posteriormente, tomar decisões com foco financeiro.

2.1.8 Notas Explicativas

As notas explicativas são explicações adicionais que são realizadas para complementar as demonstrações contábeis.

Para Ribeiro (2005, p. 406),

as notas explicativas são esclarecimentos que visam complementar as demonstrações contábeis e informar os critérios contábeis utilizados pela empresa, a composição dos saldos de determinadas contas, os métodos de

depreciação, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais etc. Enfim, elas facilitam a interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis.

Silva (2009) afirma que as notas explicativas têm como objetivo complementar as demonstrações contábeis e fazer esclarecimentos da situação patrimonial e do resultado do exercício.

Iudicibus et. al. (2010, p.591), as notas explicativas apresentam informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações contábeis que forem necessárias ao melhor e mais completo esclarecimento dos resultados e da situação financeira da empresa [...].

As notas explicativas são elaboradas ao final de cada exercício, pois é por meio dela que se consegue esclarecer e complementar situação ocorrida no período.

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento importante para as empresas, pois proporciona aos gestores o entendimento da situação empresarial e auxilia na tomada de decisão.

Para Braga (1999, p.124), “[...] a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações [...].”

Reis (2003, p.108) esclarece que a análise balanços “consiste na comparação de valores isolados ou de grupos de valores constantes dos demonstrativos contábeis, com a finalidade de obter informações sobre a situação econômico-financeira da empresa ou sobre o ritmo de seus negócios.”

Neves e Viceconti (2003, p.449) observam que a análise de balanços é, “estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa.”

A análise serve para comparar os valores, verificar os pontos fracos e fortes da gestão e os principais motivos que levaram a empresa a obter os resultados no final de cada exercício.

A análise das demonstrações contábeis pode ser classificada em análise tradicional e dinâmica. A seguir abordam-se esses tipos.

2.3.1 Análise Tradicional das Demonstrações Contábeis

A análise tradicional é composta por índices que medem o desempenho econômico e financeiro da organização. Sua principal característica é comparar os valores obtidos em determinado período com os indicadores anteriores.

Para fins deste estudo, apresenta-se a seguir os indicadores financeiros de liquidez e endividamento.

2.3.1.1 Índices de Liquidez

A liquidez é a capacidade financeira que a organização tem em pagar os compromissos assumidos com terceiros na data aprazada, ou seja, caixa suficiente para honrar as dívidas.

Segundo Assaf Neto (2006, p.189), “os indicadores de liquidez evidenciam a situação de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros.”

Têm-se os seguintes índices de liquidez: imediata, seca, corrente e geral. Tais índices são apresentados a seguir.

2.3.1.1.1 Liquidez Imediata

O índice de Liquidez Imediata (LI) evidencia a relação entre a conta caixa ou equivalentes a caixa e as dívidas que a empresa possui a curto prazo.

Para Assaf Neto (2006), este índice representa as dívidas a curto prazo, em condições de serem liquidadas imediatamente. Porém, o índice de liquidez imediata é pouco usado pelas empresas, devido ao baixo interesse em se manter recursos parados em caixa.

Segundo Ludícibus (2008, p. 90), “este quociente representa o valor de quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo.”

A Figura 2 demonstra a fórmula da Liquidez Imediata.

$$\boxed{\text{Liquidez Imediata}} = \boxed{\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}}$$

Figura 2: Índice de Liquidez Imediata

Fonte: Assaf Neto (2006, p. 190).

A liquidez imediata evidencia o quanto a empresa tem em caixa para saldar cada R\$ 1,00 de dívida à curto prazo. Quanto maior for este indicador melhor. Entretanto, não é uma política financeira muito utilizada, de modo geral, pelas organizações.

2.3.1.1.2 Liquidez Seca

O índice de Liquidez Seca (LS) mostra relação entre os ativos a receber à curto prazo e as dívidas a serem salgadas a curto prazo, sem considerar a conta estoque da empresa.

Segundo Assaf Neto (2006, p.190) este índice

demonstra a porcentagem das dívidas à curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

Conforme Ludícibus (2008, p. 93), “esta é uma variante muito adequada para se avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa. Eliminando os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incertezas.”

A Figura 3 demonstra a fórmula da Liquidez Seca.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 3: Índice de Liquidez Seca

Fonte: Ludícibus (2008, p.93).

A liquidez seca indica o quanto a empresa tem em valores circulantes a receber a curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas à curto prazo. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira da organização.

2.3.1.1.3 Liquidez Corrente

O índice de Liquidez Corrente (LC) é a relação entre os valores a receber à curto prazo e as obrigações vencíveis à curto prazo.

Conforme Assaf Neto (2006, p. 190 e 191), “a liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo. Quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades capital de giro.”

Para Reis (2003, p. 175), “o índice de liquidez corrente permite verificar a capacidade de pagamento à curto prazo, ou seja, quanto a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano, para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mesmo período.”

A Figura 4 demonstra a fórmula da Liquidez Corrente.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 4: Índice de Liquidez Corrente

Fonte: Assaf Neto (2006, p.190).

O índice de Liquidez Corrente aponta o quanto a empresa tem de recursos a curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo. Quanto maior for este indicador, melhor a situação financeira da organização.

2.3.1.1.4 Liquidez Geral

O índice de Liquidez Geral (LG) é a relação entre os recursos a receber de curto e longo prazo e os compromissos a pagar no curto e longo prazos.

Para Assaf Neto (2006), “esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada real que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo.”

Segundo Marion (2007, p. 89), “mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo).”

A Figura 5 demonstra a fórmula da Liquidez Geral.

Liquidez Geral	=	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$
----------------	---	---

Figura 5: Índice de Liquidez Geral

Fonte: Marion (2007, p. 89).

O índice de Liquidez Geral indica o quanto a empresa tem de recursos no curto e no longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida assumida. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira da organização.

2.3.1.2 Índices de Endividamento

O endividamento é a composição das dívidas assumidas com terceiros a curto e longo prazo. Os índices de endividamento permitem visualizar quais são as

fontes de recursos utilizadas pelas empresas, ou seja, a estrutura de capital que traz o devido suporte às operações.

A estrutura de capital pode ser composta por duas fontes que são: Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. Para Marion (2007, p.104),

[...] são os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários. Saberemos se os recursos de terceiros tem seu vencimento em maior parte à Curto Prazo (Circulante) ou à Longo Prazo (Exigível à Longo Prazo).

Têm-se os seguintes índices de endividamento: composição do endividamento, participação de capital de terceiro e endividamento geral. Tais índices são apresentados a seguir.

2.3.1.2.1 Composição de Endividamento

O índice de Composição do Endividamento (CE) é a relação entre as dívidas de curto prazo e o total de recursos utilizados de terceiros.

Segundo Olinquevitch e Santi (2004, p.259), este índice “indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago à curto prazo, isto é, as obrigações a curto prazo comparadas com as obrigações totais.”

Para Marion (2007, p. 106), “se a composição apresentar significativa concentração no passivo circulante (Curto Prazo), a empresa poderá ter reais dificuldades num momento de reversão de mercado (o que não aconteceria se as dívidas estivessem concentradas no Longo Prazo”.

A Figura 6 demonstra a fórmula da composição de endividamento.

Composição de Endividamento	=	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
-----------------------------	---	---

Figura 6: Composição de Endividamento

Fonte: Adaptado Matarazzo (2010, p.90).

O índice de composição de endividamento indica o quanto a empresa tem de dívida à curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total assumida com credores, tanto no curto como no longo prazo. Quanto menor for este indicador, melhor será a situação financeira da organização.

2.3.1.2.2 Participação de Capital de Terceiros

O índice de Participação de Capital de Terceiros (PCT) é a relação entre os capitais de terceiros e o capital próprio. Silva (2001) esclarece que o objetivo deste índice é avaliar o risco da empresa.

Zdanowicz (2007, p. 72) observa que, em termos de análise do grau de endividamento pode-se afirmar que quanto menor, maior será a capacidade financeira da cooperativa de longo prazo. Se o grau de endividamento for igual a unidade, expressará um ativo totalmente financiado por recursos de terceiros, sendo nula a participação de capitais próprios (associados).

A Figura 7 demonstra fórmula do índice de participação do capital de terceiros.

$$\text{Participação do Capital de Terceiros} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Figura 7: Participação do Capital de Terceiros

Fonte: Adaptado Matarazzo (2010, p.87).

O índice de participação de capital de terceiros aponta o quanto a empresa tem de dívida com terceiros para cada R\$ 1,00 de dívida para com os sócios. Quanto menor for este indicador, melhor será a situação financeira da organização, pois o nível de exigibilidade das dívidas para com terceiro é menor.

2.3.1.2.3 Endividamento Geral

O índice de Endividamento Geral (EG) mostra a relação entre os capitais de terceiros e o ativo total. Com isso, percebe-se o montante investido na empresa para geração de lucros.

De acordo com Neves e Viceconti (2007, p. 436), o endividamento indica o montante dos recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros. Por isso existe grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver maior será a possibilidade de não consiga satisfazer às obrigações com terceiros.

Zdanowicz (2007) menciona que o endividamento geral é um indicador importante para avaliar problemas de liquidez e solvabilidade.

A Figura 8 demonstra a fórmula do endividamento geral.

Endividamento Geral	=	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$
---------------------	---	--

Figura 8: Endividamento Geral

Fonte: Ludícibus (2008, p.95).

O índice de endividamento geral mostra o quanto a empresa tem de dívida com terceiros para cada R\$ 1,00 de ativos. Quanto menor for este indicador, melhor será a situação financeira da organização, pois a empresa utiliza mais recursos próprios para financiar suas operações.

2.3.2 Análise Dinâmica das Demonstrações Contábeis Proposto por Fleuriet

2.3.2.1 Modelo Dinâmico Fleuriet

O Modelo Fleuriet é uma nova dinâmica de análise das demonstrações contábeis desenvolvida no Brasil a partir da década de 70, pelo professor Francês Michel Fleuriet em parceria com a Fundação Dom Cabral. O objetivo da análise dinâmica é verificar o gerenciamento financeiro das empresas de acordo com a realidade brasileira.

A análise dinâmica proposta por Fleuriet tem por finalidade demonstrar as necessidades financeiras que as empresas enfrentam no seu dia-a-dia e se os recursos que elas utilizam são próprios ou de terceiros.

Para utilizar o modelo dinâmico de análise financeira é necessário reclassificar as contas do balanço patrimonial. As contas do ativo e passivo circulante irão ficar subdivididas conforme sua natureza em financeiras e operacionais, tais como: Ativo Circulante Financeiro (ACF), Ativo Circulante Operacional (ACO), Passivo Circulante Financeiro (PCF), Passivo Circulante Operacional (PCO). (LOPES; MENEZES, 2006).

O Quadro 8 evidencia a composição dos grupos de contas do balanço patrimonial.

Ativo Circulante Financeiro (ACF)	tem a natureza errática é formado por contas essencialmente financeiras como caixa, bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras de curto prazo.
Ativo Circulante Operacional (ACO)	é composto por contas que giram rapidamente em uma empresa e são necessárias para o ritmo das operações, por isso não podem ser realizadas sob pena de comprometer a continuidade da empresa tais como estoque, duplicatas a receber, despesas pagas antecipadas etc.
Passivo Circulante Financeiro (PCF)	comporta de natureza errática formada por passivo de curto prazo que provocam despesas financeiras como empréstimos e financiamento com vencimento no curto prazo, duplicatas descontadas.
Passivo Circulante Operacional (PCO)	é constituído por exigibilidades de curto prazo como duplicatas a pagar, impostos, taxas contas a pagar diversas etc.

Quadro 8: Grupos de Contas para Modelo Fleuriet

Fonte: Lopes e Menezes (2006, p.138).

As organizações que fazem suas análises por meio desse modelo procuram evidenciar a realidade da situação financeira. Um dos principais objetivos é identificar as necessidades de capital de giro e as formas de financiamento para tal situação.

2.3.2.2 Indicadores do Modelo Dinâmico Fleuriet

A análise dinâmica de balanços acontece pela avaliação dos seguintes indicadores: necessidade de capital de giro, capital de giro líquido, saldo da tesouraria, capital de giro próprio, longo prazo e termômetro da situação financeira. Tais indicadores são apresentados na seqüência.

2.3.2.2.1 Necessidade Líquida de Capital de Giro

A Necessidade Líquida de Capital de Giro (NLCG) é a diferença entre as aplicações de recursos operacionais no curto prazo e as fontes de recursos operacionais, também, no curto prazo.

Segundo Vasconcelos (2005, p.210), “a necessidade de capital de giro (NLCG) é calculada pela diferença entre as aplicações no capital de giro e suas respectivas fontes.”

Gimenes, Pegorini e Campos (2005, p.83) enfatizam que a NLCG é

o elemento fundamental para se avaliar a situação financeira das organizações. O seu valor revela o montante necessário de recursos para manter o giro dos negócios. As contas que compõem a necessidade líquida de capital de giro representam operações de curto prazo e de retornos rápidos são, totalmente, diferentes das contas que compõem o ativo permanente, pois estas resultam de decisões de longo prazo com uma perspectiva bastante lenta para a recuperação do capital investido.

A Figura 9 demonstra a fórmula da necessidade líquida de capital de giro.

Necessidade Líquida de Capital de Giro	=	Ativo Circulante Operacional - Passivo Circulante Operacional
--	---	---

Figura 9: Necessidade Líquida de Capital de Giro

Fonte: Gimenes, Pegorini e Campos (2005, p.83).

A necessidade de capital de giro é muito comum nas empresas, logo deve-se buscar alternativas adequadas para que se possa suprir as suas dificuldades de caixa e financiar as operações. Quanto menor o valor da NLCG, melhor será a situação financeira da organização

2.3.2.2.2 Capital de Giro Líquido

O Capital de Giro Líquido (CGL) é a diferença entre os recursos aplicados no ativo circulante e as fontes de recursos do passivo circulante.

De acordo com Assaf Neto (2006, p.170), o CGL é o “excedente das aplicações a curto prazo (em ativo circulante) em relação às captações de recursos processadas também a curto prazo (passivo passivo circulante)”.

Um CGL positivo significa que a empresa financia ativos de curto prazo com uma parcela de recursos de capital próprio, caso contrário ela utiliza capitais de terceiros para financiar ativos de curto prazo e, também, de longo prazo.

A Figura 10 demonstra a fórmula da necessidade de capital de giro líquido.

$$\boxed{\text{Capital de Giro Líquido}} = \boxed{\text{Ativo Circulante - Passivo Circulante}}$$

Figura 10: Capital de Giro Líquido

Fonte: Assaf Neto (2006, p.171).

Este indicador nos permite visualizar se os direitos a curto prazo serão suficientes para saldar as suas obrigações a curto prazo. Quanto maior o valor do CGL, melhor será a situação financeira da organização

2.3.2.2.3 Saldo da Tesouraria

O Saldo da Tesouraria (ST) é a diferença entre as aplicações de recursos financeiros no curto prazo e as fontes de recursos financeiros, também, no curto prazo.

É por meio do ST que se identificam as necessidades de financiamento de curto para as operações de capital de giro. Gimenes, Pegorini e Campos (2005, p.83) salientam que, “esta variável identifica o grau de utilização de recursos de terceiros de curto prazo para financiar as necessidades líquidas de capital de giro da organização.”

Segundo Assaf Neto (2007), quando uma empresa apresenta por vários exercícios seguidos um crescimento do NLCG superior ao CGL, diz-se que ela convive com o denominado efeito tesoura, identificado por um crescente saldo de disponível negativo.

A Figura 11 demonstra a fórmula da tesouraria.

Saldo da Tesouraria	=	Ativo Circulante Financeiro - Passivo Circulante Financeiro
---------------------	---	--

Figura 11 – Tesouraria

Fonte: Machado, Reis e Callado (2006, p.142).

O saldo da tesouraria identifica o quanto a empresa possui de recursos financeiros para saldar suas obrigações com terceiros. Quando este indicador possuir saldo negativo, isto significa que as necessidades de capital de giro da empresa são maiores que o capital de giro líquido. Logo, quanto maior o saldo da tesouraria, melhor a situação financeira da organização.

2.3.2.2.4 Capital de Giro Próprio

O Capital de Giro Próprio (CGP) é a diferença entre o patrimônio líquido e os ativos fixos (investimentos, imobilizado e intangível). Esse indicador evidencia o quanto a empresa tem disponível de capital próprio para financiar os investimentos no ativo circulante.

Silva (2001) enfatiza que CGP é a parcela do ativo circulante que é financiada com recursos próprios, isto é, o que sobra do patrimônio líquido após o comprometimento dos recursos próprios com os ativos de característica permanente.

Gimenes, Pegorini e Campos (2005, p.84),

quando esta conta apresenta um saldo positivo significa que a organização financiou a totalidade do seu ativo permanente com recursos próprios e ainda dispõe de uma parcela destes recursos para financiar outras aplicações. Caso contrário, quando o saldo é negativo, significa que o processo de imobilização da organização consumiu totalmente os recursos próprios e ainda necessitou de recursos de outra fonte para completar seu financiamento.

A Figura 12 demonstra o capital de giro próprio.

Capital de Giro Próprio	=	Patrimônio Líquido – Ativo Permanente
-------------------------	---	---------------------------------------

Figura 12: Capital de Giro Próprio

Fonte: Machado, Reis e Callado (2006, p.142).

Para que as empresas possam financiar os seus investimentos operacionais com recursos próprios, devem ter saldo positivo de CGP, caso contrário, terão que buscar recursos de terceiros. Quanto maior o saldo desse indicador, melhor será a situação financeira da organização. Ressalta-se que antes da Lei 11.638/2007, o ativo permanente era composto pelas seguintes contas: investimentos, imobilizado e diferido.

2.3.2.2.5 Longo Prazo

O indicador Longo Prazo (LP) é a diferença entre as aplicações de recursos a longo prazo e as fontes de capital, também, a longo prazo.

Santi e Olinquevitch (1995, p.104) ressaltam que,

esta variável expressa, em termos líquidos, a presença de fontes ou aplicações de recursos de longo prazo na atividade da empresa. Quando o exigível a longo prazo apresentar saldo superior ao realizável a longo prazo, teremos fontes de recursos de longo prazo financiando a empresa; quando o realizável a longo prazo apresentar saldo superior ao exigível a longo prazo, teremos aplicações de longo prazo exigindo recursos.

Gimenes, Pegorini e Campos (2005, p.84) mencionam que o LP “identifica a presença de fontes ou aplicações de recursos de longo prazo nas atividades da organização.”

A Figura 13 demonstra a fórmula do exigível a longo prazo.

Longo Prazo	=	Passivo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo
-------------	---	---

Figura 13: Longo Prazo

Fonte: Adaptado Santi Filho e Olinquevitch (2004, p.131).

O longo prazo mostra o quanto a empresa consegue de financiamentos de longo prazo para financiar o capital de giro ou se possui aplicações em bens e direitos de longo prazo que consomem recursos. Quanto maior for o longo prazo melhor, pois significa que fontes de recursos de longo prazo estão financiando os ativos da empresa.

2.3.2.2.6 Termômetro da Situação Financeira

O Termômetro da Situação Financeira (TSF) mede a participação de recursos de terceiros para financiar as necessidades de capital de giro a curto prazo da empresa. (GIMENES; PEGORINI; CAMPOS, 2005). A partir desse indicador pode-se realizar uma avaliação das necessidades de capital de giro em relação à tesouraria negativa e saber quais tendências sofrerá a empresa ao longo do tempo.

Olinquevitch e Santi (2004, p.97) esclarecem que a TSF “é muito importante em decorrência de sua sensibilidade e rapidez em detectar situações no que se refere ao gerenciamento financeiro de curto prazo, envolvendo as NLCG e a forma de financiamento de tais necessidades.”

A Figura 14 demonstra a fórmula do termômetro da situação financeira.

$$\text{Termômetro da Situação Financeira} = \frac{\text{Saldo da Tesouraria}}{\text{Necessidade de Capital de Giro}}$$

Figura 14: Termômetro da Situação Financeira

Fonte: Machado, Reis e Callado (2006, p.143).

O termômetro da situação financeira permite a visualização do quanto a organização necessita de recursos para honrar as suas obrigações com terceiros a curto prazo. Este indicador mostra o quanto à empresa utiliza de recursos financeiros de curto prazo para financiar cada R\$ 1,00 de necessidade de capital de giro. Quanto menor este indicador melhor, pois significa a empresa está menos dependente de capital de terceiros para financiar os ativos operacionais da empresa.

2.4 Cooperativismo

2.4.1 Origem do Cooperativismo

Desde o início da civilização o homem sempre procurou viver em grupos ou aldeias, nos quais além de poder perpetuar a sua espécie, podia-se viver em cooperação nos trabalhos e garantir a sobrevivência na sociedade. Cruz (2000, p. 9) observa que o homem, “[...] sempre demonstrou sua vontade inequívoca de viver em grupo, ou em sociedade [...].”

Esse modo de sobrevivência são as bases do cooperativismo. De acordo com Menegário (2000, p. 8), “a cooperação sempre esteve presente na sociedade humana. Ela surgiu como resultado da necessidade de sobrevivência, promovendo o agrupamento de indivíduos que, com suas idéias e trabalho, buscavam concretizar seus objetivos.”

A Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) (2009) menciona que o cooperativismo, “é uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade”.

Uma das formas mais definidas de cooperação foi constatada no século XV, quando foram encontradas as civilizações Asteca, Maia e Inca na América do Sul. Estas civilizações viviam em um regime de verdadeira ajuda mútua com base na sustentação agrária, na qual o rei mantinha soberania sobre as terras e as repartia entre os súditos para exploração e usufruto. (OCESC, 2009).

Da união dos operários surgiram os princípios que regulamentam as cooperativas até os dias atuais, mas ao longo do tempo os princípios foram modificados de acordo com as necessidades da sociedade.

Os princípios do cooperativismo receberam sua última alteração em 1995 na Inglaterra no Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional. Eles são norteadores para as cooperativas, para a formação de uma sociedade mais democrática e solidaria. (OCESC, 2009).

Segundo a OCEC (2009, p. 15) tem-se os seguintes princípios do cooperativismo: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos membros;

3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; e 7) Interesse pela comunidade.

O primeiro registro oficial de fundação de uma cooperativa foi na Inglaterra. Segundo a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Educação do Estado de São Paulo (COOPESP) (2011, p. 1),

em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano.

A Figura 15 ilustra o prédio que abrigou a primeira cooperativa.



Figura 15: Cooperativa de Tecelões

Fonte: OCESC (2009, p.12).

Desde o início da humanidade o homem pratica o ato de cooperação. O cooperativismo traz diversos benefícios para a sociedade e dá suporte as pessoas desfavorecidas, por meio de ajuda mútua e incentiva a cooperação entre os indivíduos, no intuito de desenvolver o ambiente econômico e social.

2.4.2 Tipos de Cooperativas

Existem diversos tipos de cooperativas que atuam em quase todas as áreas da economia com objetivo de garantir o desenvolvimento da sociedade em geral.

O Quadro 9 descreve os principais segmentos.

Segmentos	Características
Agropecuário	Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social.
Consumo	Cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. Se subdividem em fechadas e abertas. Fechadas são as que admitem como cooperados somente as pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão, que, por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários ao funcionamento da cooperativa. Isso pode resultar em menor autonomia da cooperativa, pois, muitas vezes, essas entidades interferem na sua administração. Abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar.
Crédito	Cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. Atua no crédito rural e urbano.
Educacional	Cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins.
Especial	Cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situações de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999.
Habitacional	Cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social.
Infra-Estrutura	Cooperativas que atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia.
Mineral	Cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
Produção	Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção.
Saúde	Cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana.
Trabalho	Cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.
Transporte	Cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros.
Turismo e Lazer	Cooperativas que prestam ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria.

Quadro 9: Segmentos do Cooperativismo

Fonte: Adaptado de OCB.

Os diversos tipos de cooperativas seguem uma legislação específica conforme Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971. A referida Lei em seu artigo 4º, capítulo II, define que, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e

natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...].”

A seguir aborda-se sobre cooperativas agropecuárias que é o objeto de estudo deste trabalho.

2.4.3 Cooperativas Agropecuárias

O setor agropecuário tem se tornado cada vez mais sólido e forte no ambiente econômico brasileiro. Segundo Pinho (2004, p.118), este setor, “historicamente, é o mais bem estruturado ramo cooperativo brasileiro”.

As primeiras cooperativas agropecuárias surgiram em 1907 no estado de Minas Gerais. O governador mineiro João Pinheiro lançou um projeto cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola no estado. O café era o carro chefe das preocupações do governador, a partir do projeto foi criado um programa governamental exclusivo para o produto, com concessão de isenções fiscais e estímulos a aquisição de matérias. Aos poucos foram surgindo outras cooperativas no sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana. (COOPESP, 2011).

Cruz (2000, p.64) ressalta que as cooperativas agropecuárias “são as cooperativas compostas por produtores rurais, agropastoris ou de pesca, cujas atividades podem ainda incluir beneficiamento, armazenagem, transporte, fornecimento de insumos e implementos [...].”

De acordo com a COOPESP (2011, p.3),

as cooperativas agropecuárias se dividem conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (vendas dos produtos dos cooperados).

O cooperativismo agropecuário já se estendeu por todo o território nacional. Ele é o mais conhecido pela sociedade brasileira e participa significativamente no abastecimento interno e contribui com as exportações.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se a caracterização da empresa investigada, os procedimentos para coleta de dados, a descrição e análise dos resultados.

3.1 Caracterização da Empresa

A Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense (Coopersulca) surgiu devido a inúmeras dificuldades que eram encontradas pelos pequenos agricultores da cidade de Turvo - SC e região. Tais dificuldades eram provenientes da baixa produtividade, carência de equipamentos agrícolas e pela falta de opção para a comercialização da produção agrícola.

O espírito empreendedor dos agricultores da região motivou um grupo de 214 produtores de arroz a unir as suas forças e combater os seus problemas locais. Sendo assim, no dia 20 de dezembro de 1964, todos reunidos em uma assembléia geral fundaram a Cooperativa Regional Agropecuária e de consumo de Turvo Ltda. Atualmente, a cooperativa possui 2.500 associados distribuídos em 16 municípios do sul do estado de Santa Catarina e Nordeste do Rio Grande do Sul e conta com 250 funcionários para que possa atender a demanda de seus associados e clientes.

Ao longo dos anos a Coopersulca cresceu e expandiu seus negócios. No dia 31 de agosto de 1979 incorporou a cooperativa dos produtores do município de Araranguá - SC e alterou a razão social para Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense. No ano de 2002 a cooperativa expandiu ainda mais a sua área de atuação e incorporou a Cooperativa Agropecuária de Meleiro - SC.

No dia 07 de julho de 2007, a Coopersulca inaugurou o grande e moderno parque industrial, que é o maior do estado de Santa Catarina numa única planta. Ele é responsável pelo processamento do arroz branco e parboilizado.

A Figura 16 ilustra o parque industrial atual.



Figura 16: Indústria Nova

Fonte: Setor de Comunicação.

O principal produto comercializado pela cooperativa é o arroz beneficiado que é comercializado com a marca Arroz Fazenda. A industrialização do arroz é dividida em várias etapas, iniciada com a armazenagem e secagem e, posteriormente, a seleção e embalagem dos grãos de arroz. Todas as etapas de produção são automatizadas e controladas eletronicamente, sem contato manual com os grãos. Auferindo desta forma, rapidez e alta qualidade ao produto a ser comercializado, tornando-o altamente competitivo no mercado nacional e internacional.

3.2 Procedimentos de Coleta dos dados

Os dados coletados foram disponibilizados pela empresa, com a autorização do gerente administrativo/financeiro. Para realizar este estudo foram utilizados os balanços patrimoniais dos anos de 2005 a 2010. Também foram utilizadas informações complementares dos setores de contabilidade e da controladoria.

3.3 Descrição e Análise dos Resultados

Os resultados da pesquisa são evidenciados de acordo com os objetivos específicos: (1) Identificar a estrutura patrimonial da cooperativa; (2) Calcular os indicadores financeiros de liquidez e endividamento; e (3) Calcular os indicadores da análise dinâmica de balanços proposto por Fleuriet.

3.3.1 Identificação da Estrutura Patrimonial da Cooperativa

A Figura 17 mostra o balanço patrimonial da Coopersulca nos anos de 2005 a 2010.

Contas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Ativo						
Ativo Circulante	34.477.447,93	40.490.943,65	47.409.543,50	54.225.365,52	50.923.668,58	65.423.926,26
Disponibilidades	2.777.574,59	4.850.361,58	3.232.040,19	4.728.974,13	9.956.052,80	4.269.499,80
Créditos Circulantes	26.491.419,57	23.044.754,45	27.704.818,99	43.794.346,47	32.994.896,98	52.032.335,98
Estoques Gerais	4.971.063,29	12.490.850,50	16.230.399,82	5.623.895,78	7.495.981,94	8.625.695,57
Despesas Exercício Seguinte	237.390,48	104.977,12	242.284,50	78.149,14	476.736,86	496.394,91
Ativo não circulante	16.626.352,45	23.696.137,35	31.866.674,58	48.737.304,43	48.569.264,41	47.331.667,19
Ativo Realizável Longo Prazo	3.303.175,31	3.653.236,69	4.685.037,24	5.409.410,35	6.001.051,98	6.380.621,03
Ativo Investimentos	229.272,74	428.032,27	238.096,32	239.323,32	344.656,35	486.102,47
Ativo Imobilizado	13.093.904,40	19.614.868,39	26.943.541,02	43.088.570,76	42.223.556,08	40.464.943,69
Ativo Total	51.103.800,38	64.187.081,00	79.276.218,08	102.962.669,95	99.492.932,99	112.755.593,45
Passivo						
Passivo Circulante	26.514.221,75	24.564.734,89	34.318.955,41	33.453.463,16	26.182.140,87	35.623.636,54
Obrigações Bancárias	12.088.053,94	12.433.797,07	21.673.841,18	21.611.216,13	15.390.746,01	27.298.518,39
Fornecedores	8.025.057,25	7.349.249,61	5.805.865,41	3.731.016,30	3.713.572,74	3.468.735,17
Obrigações Operacionais	2.505.345,03	3.455.239,15	5.635.732,31	6.221.471,92	5.267.679,08	2.900.972,73
Obrigações Sociais	516.905,50	565.949,54	622.178,74	561.152,78	516.015,18	628.640,37
Provisões Passivas	3.378.860,03	760.499,52	581.337,77	1.328.606,03	1.294.127,86	1.326.769,88
Passivo não circulante	7.159.093,35	18.875.212,59	21.819.475,75	22.520.578,45	25.090.528,04	27.439.909,05
Obrigações Bancárias - Longo Prazo	5.734.978,46	14.807.375,98	16.990.595,71	16.485.377,03	17.912.472,88	19.163.742,93
Obrigações Longo Prazo	1.250.084,08	846.818,65	1.025.690,45	1.162.710,98	1.235.637,90	1.165.522,27
Provisões Longo Prazo	174.030,81	3.221.017,96	3.803.189,59	4.872.490,44	5.942.417,26	7.110.643,85
Patrimônio Líquido	17.430.485,28	20.747.133,52	23.137.786,92	46.988.628,34	48.220.264,08	49.692.047,86
Capital Social	11.335.373,93	11.770.993,11	13.160.093,01	14.621.514,34	17.347.204,54	18.870.259,68
Reservas	8.183.865,86	9.819.106,91	10.826.539,50	29.886.211,75	30.650.172,06	29.344.412,63
Sobras Acumuladas	-2.088.754,51	-842.966,50	-848.845,59	2.480.902,25	222.887,48	1.477.375,55
Passivo Total	51.103.800,38	64.187.081,00	79.276.218,08	102.962.669,95	99.492.932,99	112.755.593,45

Figura 17: Balanço Patrimonial

Fonte: Coopersulca.

De 2005 a 2010 o ativo circulante teve uma média de 57% do total dos seus ativos enquanto o ativo não circulante foi de 43%. O passivo circulante teve uma média de 35% de seu passivo total, o passivo não circulante foi de 24% e o seu patrimônio líquido foi de 40%.

3.3.2 Indicadores Financeiros de Liquidez e Endividamento

Nesta seção expõe-se os indicadores de liquidez e de endividamento da Coopersulca nos anos de 2005 a 2010.

3.3.2.1 Liquidez Imediata

O Gráfico 1 apresenta o índice de liquidez imediata.

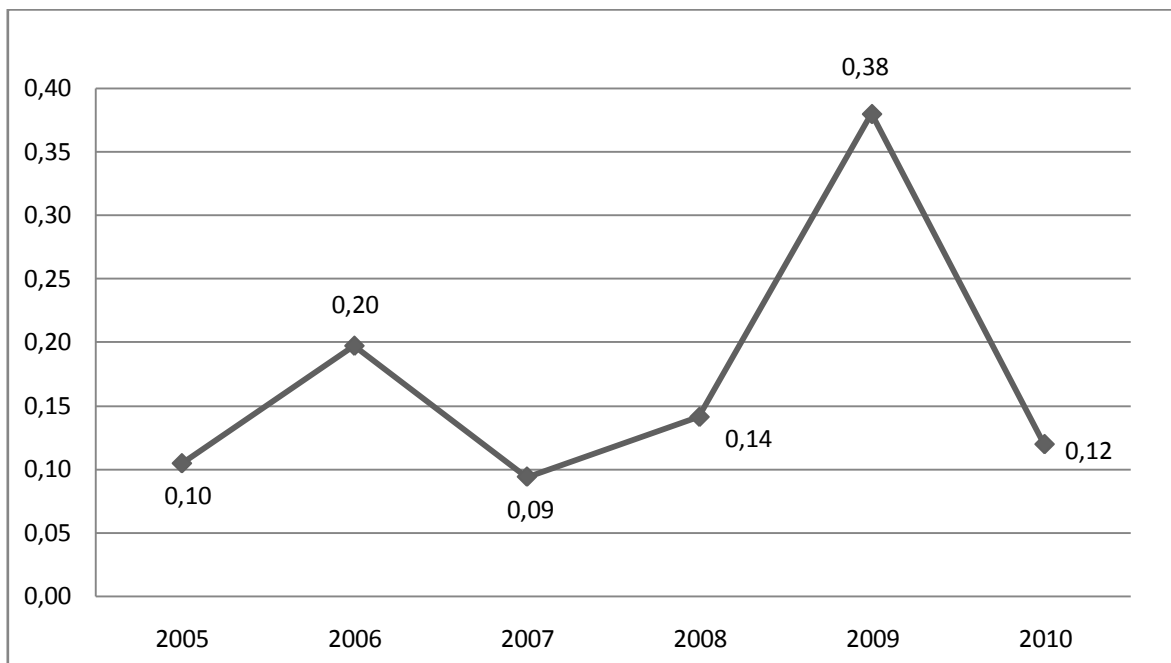


Gráfico 1: Liquidez Imediata

Fonte: Elaborado pelo autor.

A liquidez imediata da Coopersulca em 2005 foi de R\$ 0,10 e nos anos seguintes teve muitas variações, entretanto o índice permaneceu baixo. Os valores

disponíveis não são suficientes para saldar as suas dívidas a curto prazo, sendo que para cada R\$ 1,00 de dívida assumida no período de um ano, a cooperativa teve em 2010 R\$ 0,12 disponível para saldar as obrigações.

A liquidez imediata é baixa, devido à política financeira da empresa em não deixar grande volume de dinheiro parado em caixa.

3.3.2.2 Liquidez Seca

O Gráfico 2 apresenta o índice de liquidez seca.

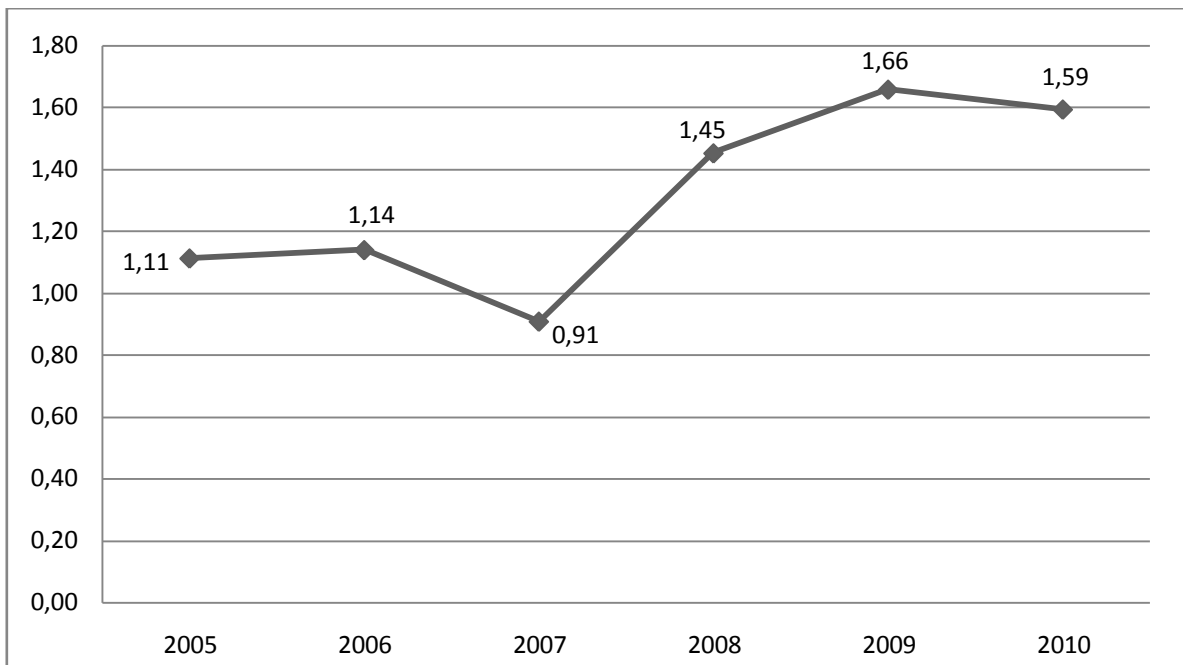


Gráfico 2: Líquidez seca

Fonte: Elaborado pelo autor.

A liquidez seca em 2005 foi de R\$ 1,11 e nos anos seguintes teve um crescimento significativo, com exceção de 2007. Neste ano, o índice foi de R\$ 0,91 influenciado pelos desembolsos de recursos para a construção do novo parque industrial. No período restante, a cooperativa teve capacidade para poder honrar os seus compromissos vencíveis no prazo de até um ano, mesmo desconsiderando a conta de estoques.

3.3.2.3 Liquidez Corrente

O Gráfico 3 apresenta o índice de liquidez corrente.

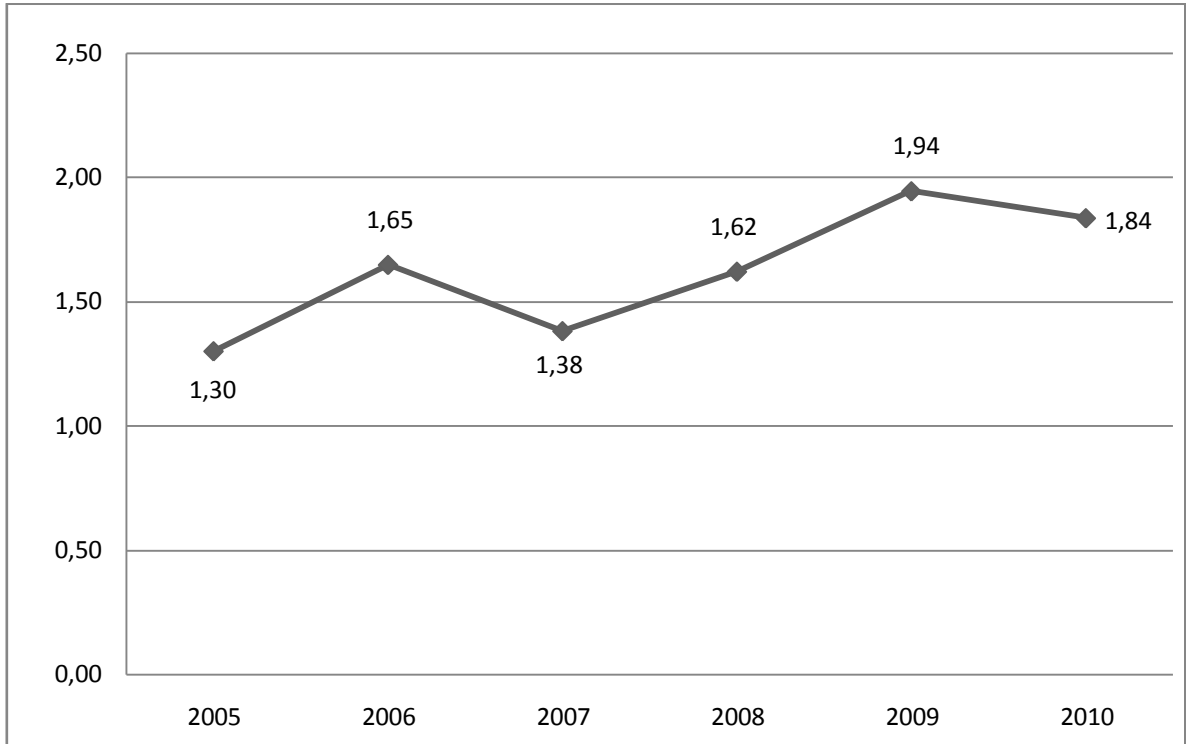


Gráfico 3: Liquidez Corrente

Fonte: Elaborado pelo autor.

A liquidez corrente em 2005 foi de R\$ 1,30 e nos anos seguintes teve crescimento. Em 2010 para cada R\$ 1,00 de dívida assumida com terceiros, a empresa possuía R\$ 1,84 de ativos correntes para saldar as obrigações a curto prazo.

3.3.2.4 Liquidez Geral

O Gráfico 4 apresenta o índice de liquidez geral.

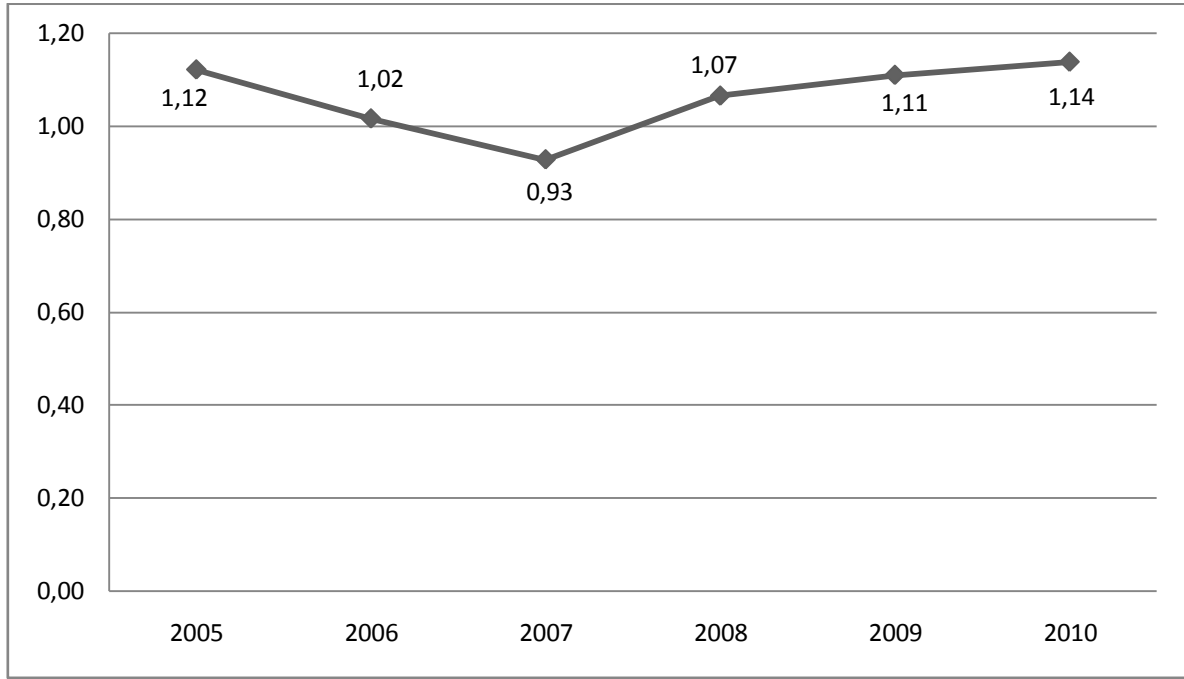


Gráfico 4: Líquidez Geral

Fonte: Elaborado pelo autor.

A liquidez geral em 2005 foi de R\$ 1,12 e têm permanecido estável nos anos seguintes. No ano de 2010, a empresa tinha para cada R\$ 1,00 de dívidas totais de curto e longo prazo R\$ 1,14 de ativos de curto e longo prazos.

Observa-se que a cooperativa no período de 2007 teve um momento crítico devido à construção do parque industrial. Os indicadores de liquidez atingiram neste período os seguintes valores: LI – R\$ 0,09, LS – R\$ 0,91, LC – R\$ 1,38 e LG – R\$ 0,93.

O crescimento dos indicadores de liquidez foi bom para a cooperativa, pois indica que ela teve condições de honrar as suas obrigações com terceiros.

3.3.2.5 Composição do Endividamento

O Gráfico 5 apresenta a composição do endividamento.

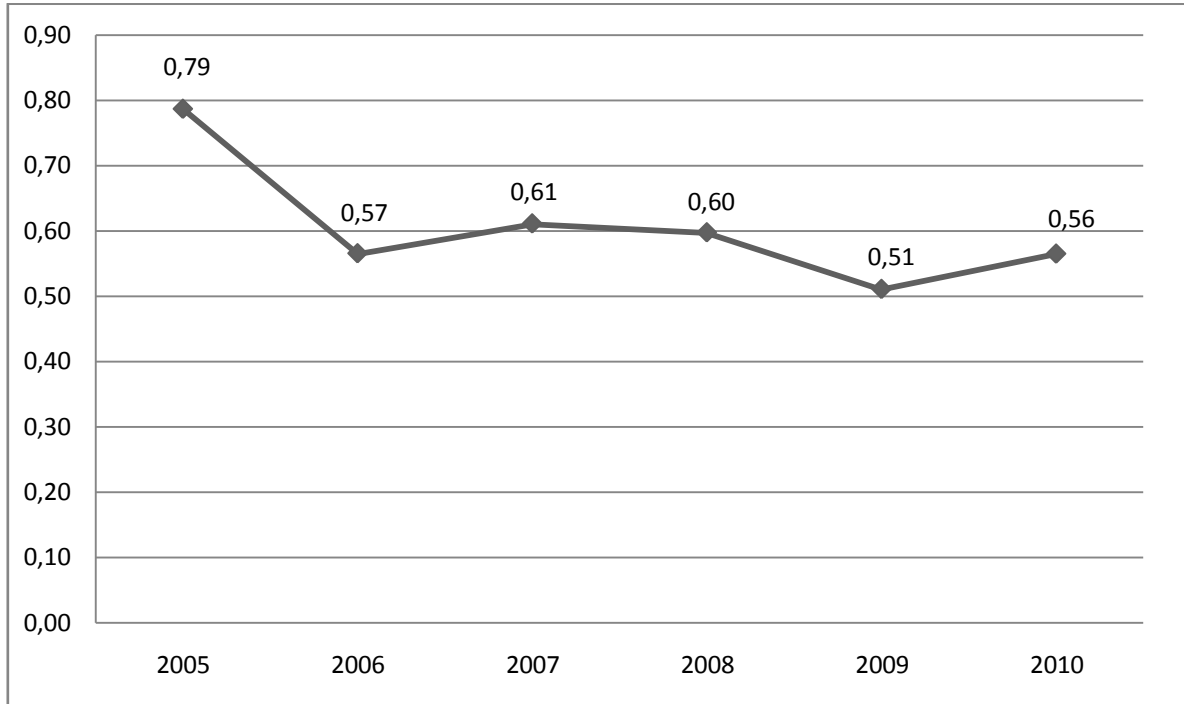


Gráfico 5: Composição do Endividamento

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2005 a empresa tinha R\$ 0,79 de dívidas no curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida assumida tanto no curto como no longo prazo. Nos anos seguintes teve uma queda no nível de endividamento devido à concentração de dívidas no longo prazo. No ano de 2010, o índice de endividamento foi de R\$ 0,56.

3.3.2.6 Participação de Capital de Terceiros

O Gráfico 6 apresenta a participação de capital de terceiros.

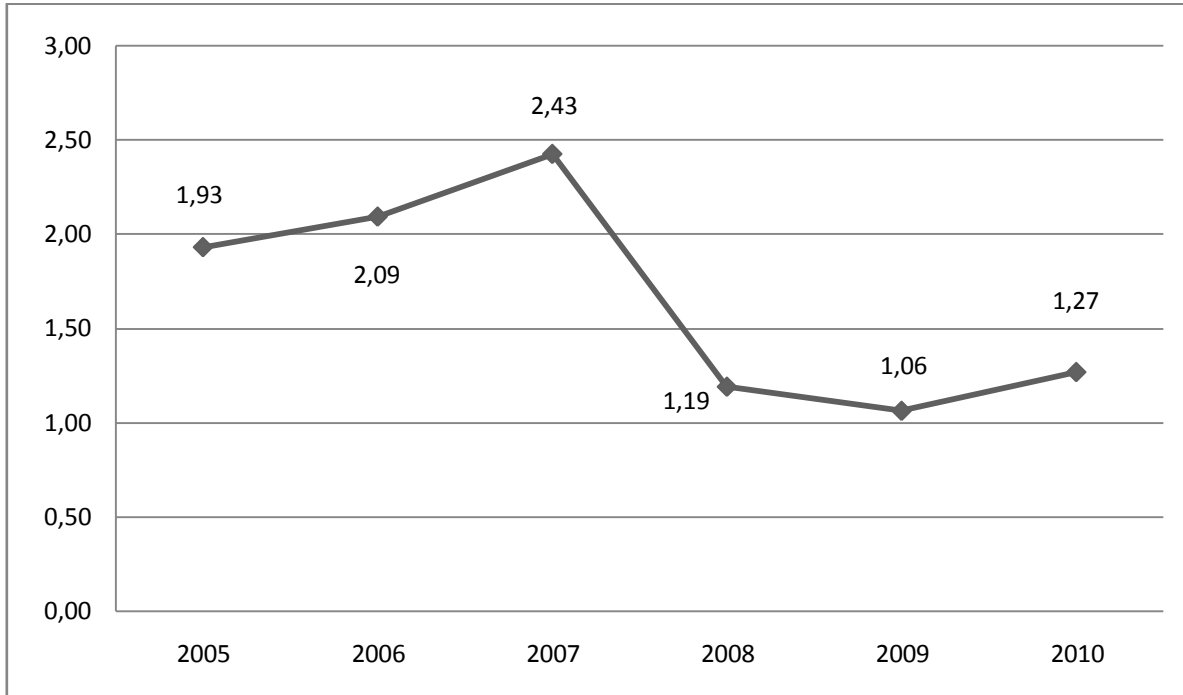


Gráfico 6: Participação de Capital de Terceiros

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2005 a participação de capitais de terceiros foi de R\$ 1,93 para cada R\$ 1,00 de capital próprio. Nos últimos três anos houve uma queda neste indicador. Quanto menor for este indicador melhor, pois indica que a empresa está diminuindo a participação de terceiros no financiamento das operações.

3.3.2.7 Endividamento Geral

O Gráfico 7 apresenta o endividamento geral.

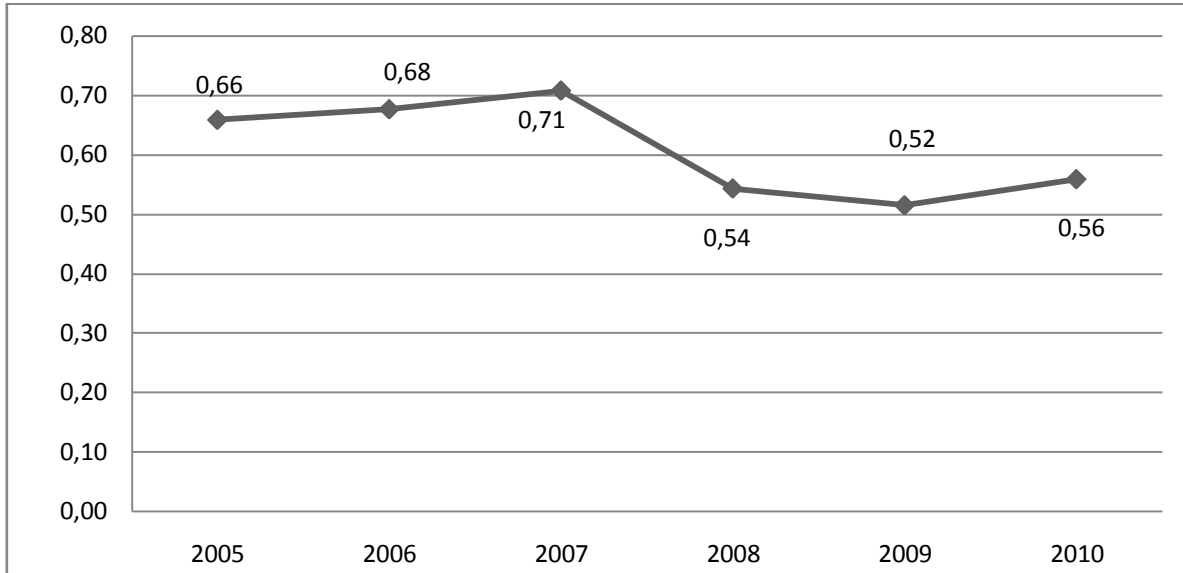


Gráfico 7: Endividamento Geral

Fonte: Elaborado pelo autor.

O endividamento geral da cooperativa em 2005 foi de R\$ 0,66 e nos anos seguintes teve poucas oscilações. Portanto, para cada R\$ 1,00 de ativos a empresa possuía em 2005 R\$ 0,66 de dívidas com terceiros.

Observa-se que, a cooperativa no período de 2007 teve um momento crítico devido à construção do parque industrial. Os indicadores de endividamento atingiram neste período os seguintes valores: CE – R\$ 0,61, PCT – R\$ 2,43 e EG – R\$ 0,71.

No que tange os indicadores de endividamento, verifica-se que está menos dependente de terceiros para financiar os ativos ao longo dos anos.

3.3.3 Indicadores da Análise Dinâmica de Balanços Proposto por Fleuriet

Nesta seção apresentam-se os indicadores da análise dinâmica da Coopersulca dos anos de 2005 a 2010.

A Figura 18 apresenta a reclassificação das contas do balanço patrimonial.

Contas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Ativo						
Ativo Circulante Financeiro	2.777.574,59	4.850.361,58	3.232.040,19	4.728.974,13	9.956.052,80	4.269.499,80
Ativo Circulante Operacional	31.699.873,34	35.640.582,07	44.177.503,31	49.496.391,39	40.967.615,78	61.154.426,46
Ativo Não Circulante	16.626.352,45	23.696.137,35	31.866.674,58	48.737.304,43	48.569.264,41	47.331.667,19
Ativo Total	51.103.800,38	64.187.081,00	79.276.218,08	102.962.669,95	99.492.932,99	112.755.593,45
Passivo						
Passivo Circulante Financeiro	12.088.053,94	12.433.797,07	21.673.841,18	21.611.216,13	15.390.746,01	27.298.518,39
Passivo Circulante Operacional	14.426.167,81	12.130.937,82	12.645.114,23	11.842.247,03	10.791.394,86	8.325.118,15
Passivo Não Circulante	7.159.093,35	18.875.212,59	21.819.475,75	22.520.578,45	25.090.528,04	27.439.909,05
Patrimônio Líquido	17.430.485,28	20.747.133,52	23.137.786,92	46.988.628,34	48.220.264,08	49.692.047,86
Passivo Total	51.103.800,38	64.187.081,00	79.276.218,08	102.962.669,95	99.492.932,99	112.755.593,45

Figura 18: Reclassificação das Contas do Balanço Patrimonial

Fonte: Elaborado pelo Autor.

3.3.3.1 Necessidade Líquida de Capital de Giro

O Gráfico 8 apresenta a necessidade líquida de capital de giro.

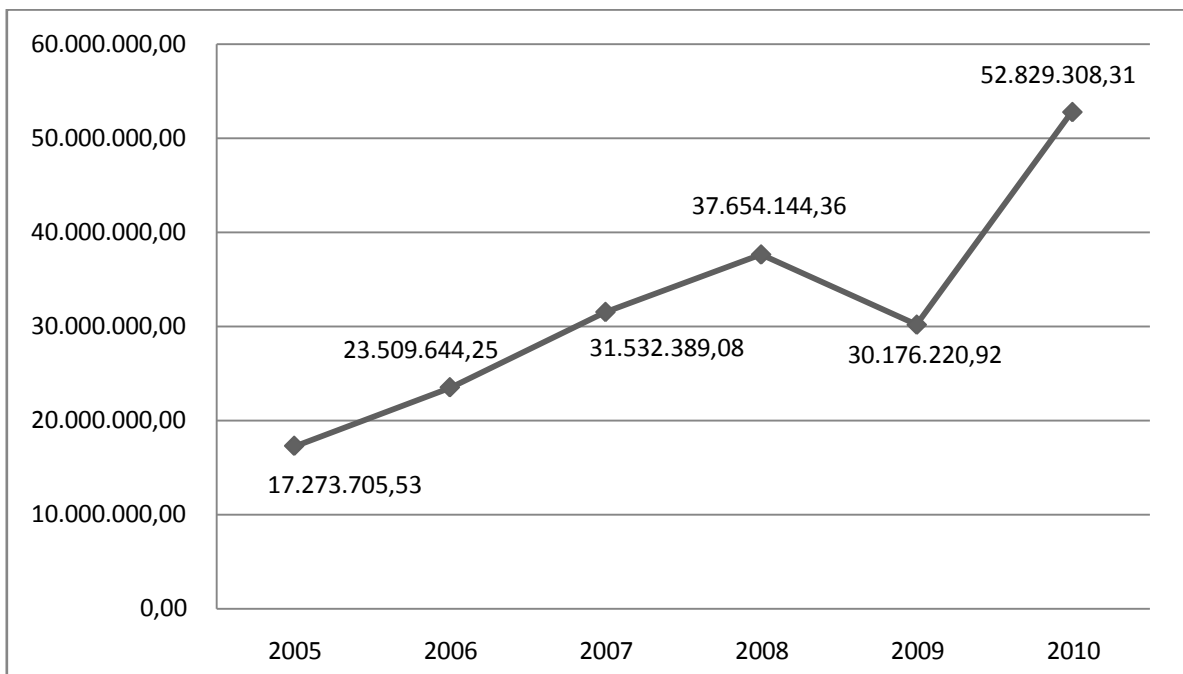


Gráfico 8: Necessidade Líquida de Capital de Giro

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2005, a NLCG foi de R\$ 17.273.705,53. Nos anos seguintes teve-se aumentos significativos. Tal situação mostra que a cooperativa, ao longo do período,

dependeu de capital de terceiros para fazer seus investimentos. As principais fontes de captação de dinheiro são as instituições financeiras tais como, bancos comerciais e de fomentos.

Um dos principais fatores que causam o aumento da NLCG é a busca de recursos para comprar grandes volumes de insumos que, posteriormente, serão vendidos para os associados, na maioria das vezes na modalidade de venda a prazo. Com isso, tem-se o aumento da conta financiamento com terceiros.

3.3.3.2 Capital de Giro Líquido

O Gráfico 9 apresenta o capital de giro líquido.

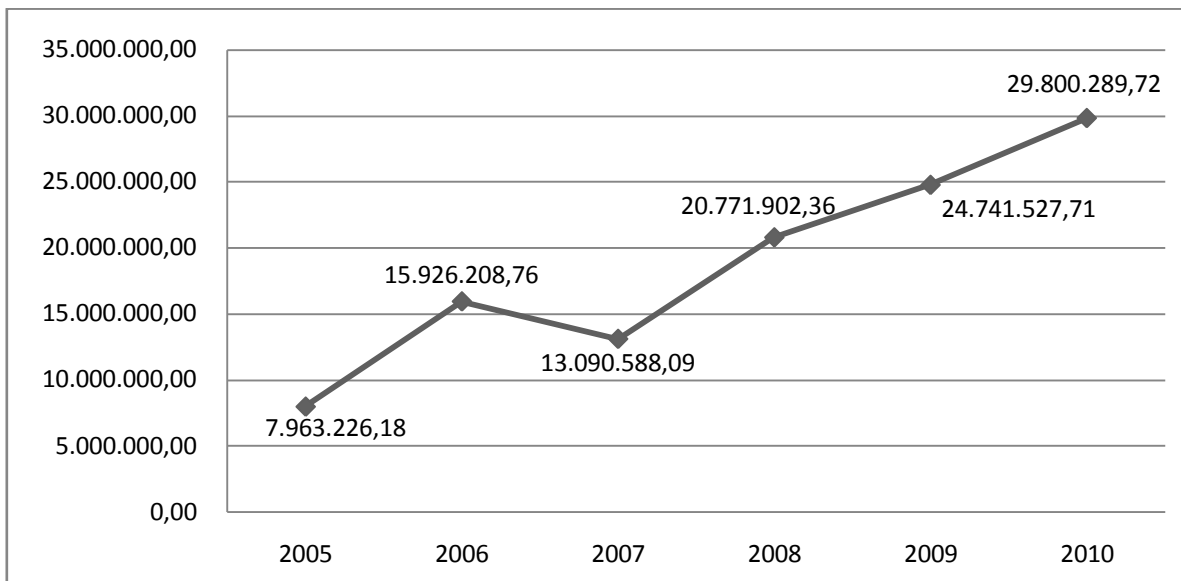


Gráfico 9: Capital de Giro Líquido

Fonte: Elaborado pelo autor.

O capital de giro líquido da cooperativa em 2005 foi de R\$ 7.963.226,18. Nos anos seguintes teve-se aumento das contas. A curto prazo, os ativos são superiores aos passivos. Portanto, os bens e direitos correntes são suficientes para saldar as suas obrigações correntes, demonstrando situação financeira a curto prazo favorável.

3.3.3.3 Saldo da Tesouraria

O Gráfico 10 apresenta o saldo da tesouraria.

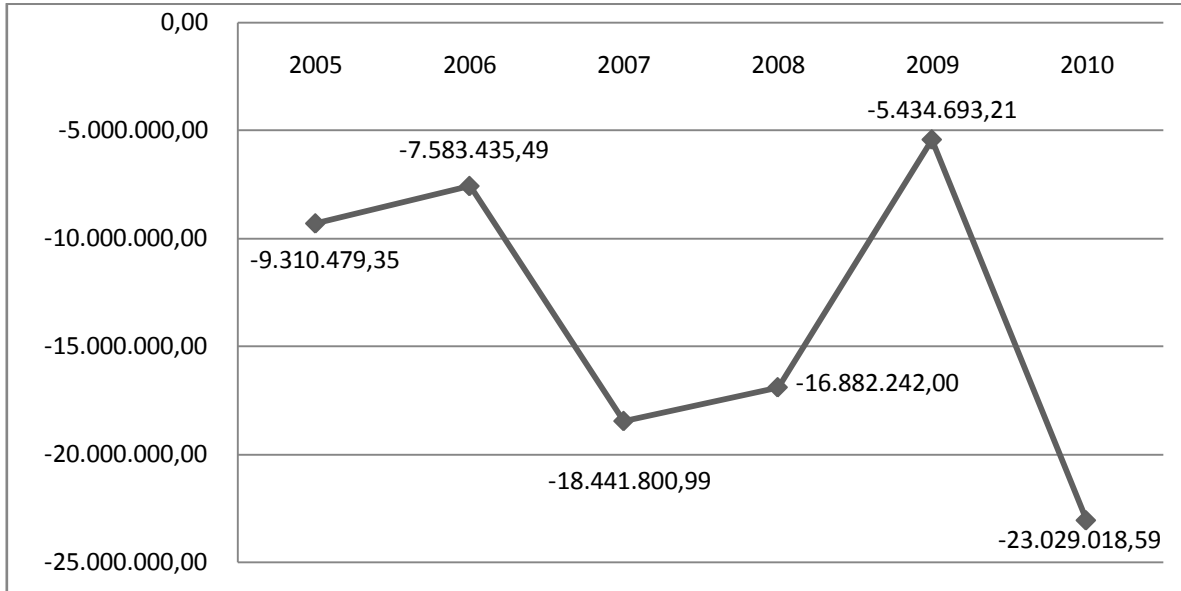


Gráfico 10: Saldo da Tesouraria

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2005, o saldo da tesouraria foi de R\$ -9.310.479,35 (negativo) e atingiu em 2010 o valor de R\$ -23.029.019,59. Tal situação reflete que a cooperativa não possui ativos financeiros (caixa, contas bancárias, aplicações financeiras) para saldar as suas obrigações financeiras (empréstimos e financiamentos) ao longo do período. Sendo assim, nota-se que a empresa buscou recursos de terceiros para financiar a necessidade de capital de giro.

3.3.3.4 Capital de Giro Próprio

O Gráfico 11 apresenta o capital de giro próprio.

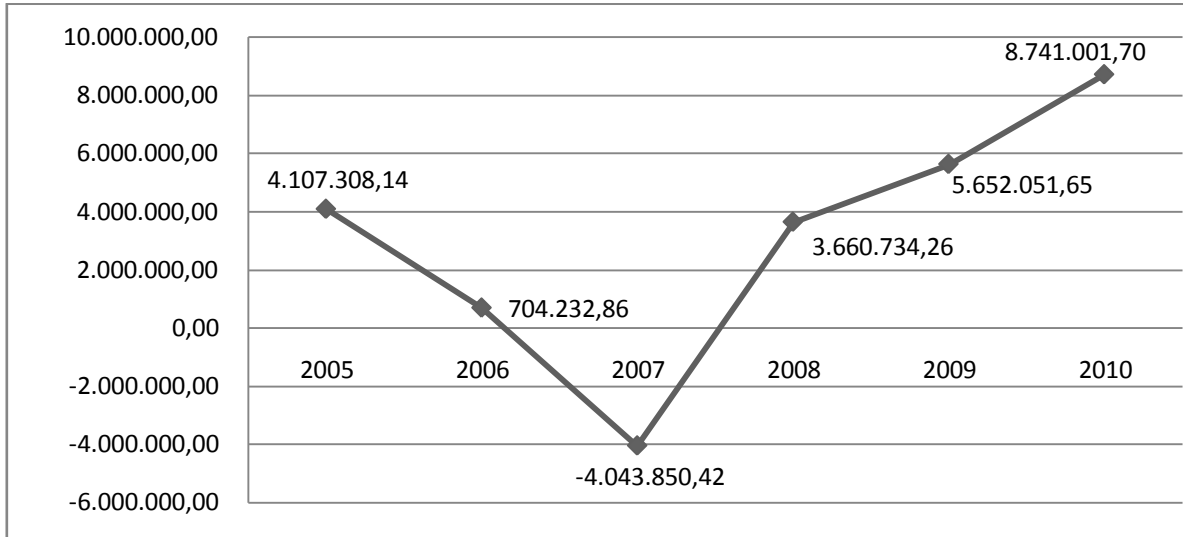


Gráfico 11: Capital de Giro Próprio

Fonte: Elaborado pelo autor.

O capital de giro próprio em 2005 foi de R\$ 4.107.308,14. Sendo que no ano de 2007 o CGP foi negativo atingindo o valor de R\$ -4.043.850,42. Isso porque, neste período ocorrem os investimentos de recursos no ativo imobilizado, financiados por instituições financeiras. Quanto maior for este indicador melhor será a saúde financeira da empresa, pois mostra que ela tem recursos próprios para investir em ativos fixos.

3.3.3.5 Longo Prazo

O Gráfico 12 apresenta o exigível a longo prazo.

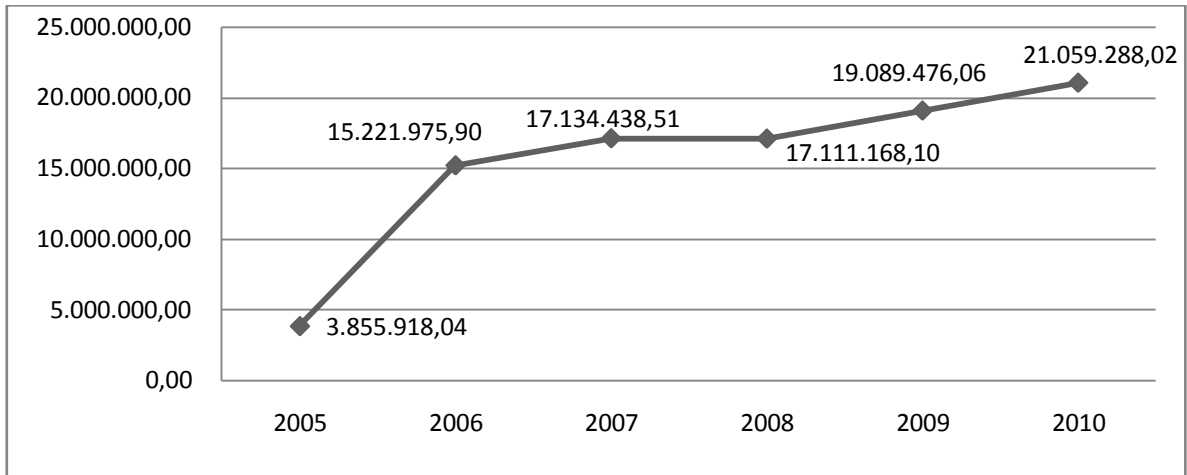


Gráfico 12: Longo Prazo

Fonte: Elaborado pelo autor.

O longo prazo da cooperativa atingiu em 2005 o valor de R\$ 3.855.918,04. Nos anos seguintes ocorreu um crescimento significativo do LP devido a necessidade financeira, por meio de recursos de terceiros, as atividades operacionais e os investimentos em ativos de longo prazo.

3.3.3.6 Termômetro da Situação Financeira

O Gráfico 13 apresenta o índice da situação financeira.

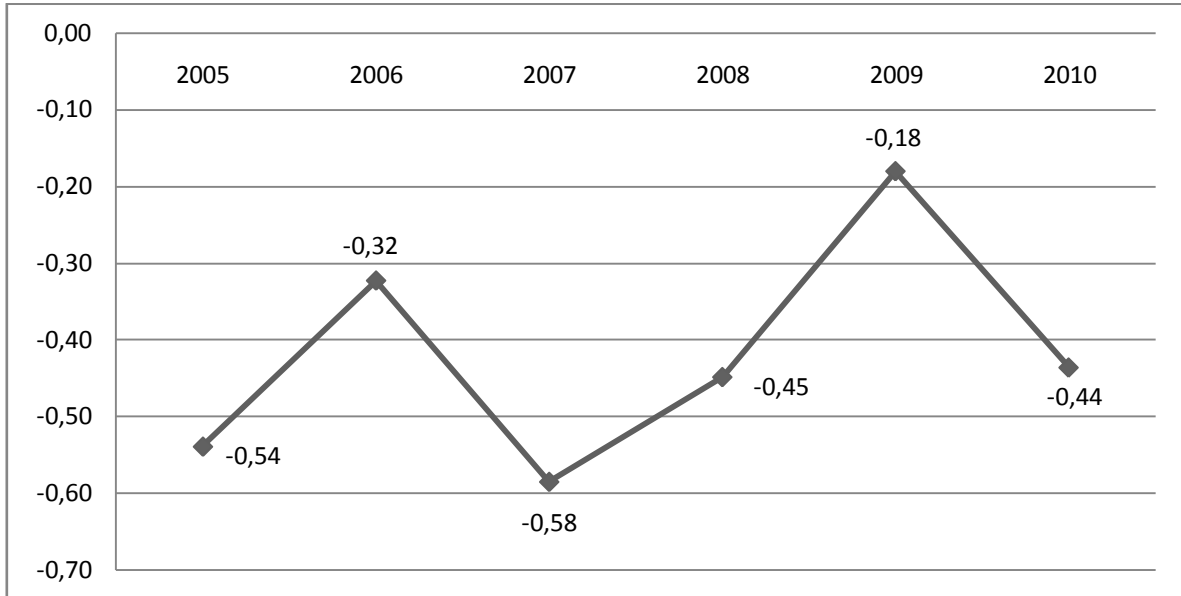


Gráfico 13: Termômetro da Situação Financeira

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que no ano de 2005, para cada R\$ 1,00 de NLCG a empresa utiliza R\$ 0,54 de recursos financeiros de terceiros. No ano de 2007 teve o maior índice de dependência (0,58) provocado pelos investimentos fixo. Em 2008 teve seu menor índice que foi de (0,18) devido ao aumento das disponibilidades, diminuindo a necessidade de capital de giro.

Os indicadores de análise dinâmica nos evidenciaram que a Coopersulca não tem capital de giro suficiente para suprir as suas necessidades operacionais. Isso não é bom para a empresa ter uma dependência significativa de recursos de terceiros, que tendem a ser mais onerosos. Porém, quando os investimentos são de caráter fixo e os recursos obtidos são de longo prazo, este número é mais favorável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das demonstrações contábeis por meio do modelo Fleuriet é uma excelente ferramenta para compreensão da situação financeira das organizações. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi demonstrar de que forma o modelo Fleuriet contribui para a gestão de uma cooperativa agropecuária. Para tanto, foram analisados os balanços dos anos de 2005 a 2010.

Os resultados mostraram que a situação patrimonial da cooperativa dos anos de 2005 a 2010 teve de ativo circulante uma média de 57% do total dos seus ativos enquanto o ativo não circulante foi de 43%. O passivo circulante teve uma média de 35% de seu passivo total, o passivo não circulante foi de 24% e o seu patrimônio líquido foi de 40%.

Constatou-se que os indicadores financeiros de liquidez foram bons no decorrer dos anos analisados, com exceção do ano de 2007 devido à construção do parque industrial. Já os indicadores de endividamento analisados, mostraram que a cooperativa teve um estado mais crítico no ano de 2007. Logo os indicadores de liquidez e endividamento ficaram fragilizados no ano de 2007.

Os indicadores do modelo Fleuriet evidenciaram que a Coopersulca não tem capital de giro suficiente para suprir as suas necessidades operacionais. Sendo que a empresa tem grande dependência de recursos financeiros para financiar os seus ativos fixos.

A análise pelo método tradicional mostrou que a cooperativa teve evolução nos índices de liquidez e de endividamento e que possui capacidade de honrar as suas dívidas com terceiros. Já em relação ao método pelo modelo de Fleuriet, percebe-se que a cooperativa necessita de capital de giro para financiar os ativos.

Diante disso conclui-se que, é preciso que a cooperativa busque novas alternativas para minimizar as necessidades de capital de giro, para assim, conseguir atingir seus objetivos propostos e honrar as obrigações com terceiros.

Percebe-se que, a análise das demonstrações contábeis é muito útil para a tomada de decisão. Ela evidencia os pontos fortes e fracos na gestão das organizações, além de auxiliar a traçar novas diretrizes.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às Novas Regras Contábeis Brasileiras**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2010.

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA : demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado**. 1. ed. São Paulo: IOB, 2008.

BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade Básica**. 2. ed: São Paulo: IOB Thomsom, 2005.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da república Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 29 setembro 2011, 19h40 min.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS- CPC. CPC 03: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <www.cpc.org.br/pdf/CPC%2026_2010.pdf> Acesso em: 26 out. 2011.

COOPESP. **O Cooperativismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.coopesp.org.br/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 29 setembro 2011, 07h35min.

CRUZ, Paulo Sérgio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Suma Econômica, 2000.

DI AGUSTINI, Carlos Alberto: **Capital de Giro: análise das alternativas fontes de financiamento**. 2. ed. São Paulo; Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Projetos de Pesquisa**. 3. ed: São Paulo: Atlas, 1996.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini; CAMPOS, Gervaldo Rodrigues. **Análise de financiamento das necessidades líquidas de capital de giro em cooperativas agropecuárias: aplicações do modelo dinâmico de análise financeira: Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v.34, n.153, p. 81-93. Maio-junho 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, André Veras; MACHADO, Márcia Reis; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **Análise dinâmica e o financiamento das necessidades de capital de das pequenas e médias empresas localizadas na cidade de João pessoa, PB: Um estudo exploratório: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 3, n2, p. 139-149. Maio-agosto 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade Empresarial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; Theóphilo, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços – abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego sócio-econômico na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. 2000. 121 p. Dissertação (Mestrado em Ciência, na Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior da Agricultura de São Paulo. São Paulo. 2000.

NEVES, Silvério das; Viceconti, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Frase, 2007.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **História dos ramos**. Disponível em: [http:// www.ocb.org.br/site/ramos/infra_estrutura_historia.asp](http://www.ocb.org.br/site/ramos/infra_estrutura_historia.asp). Acesso em: 20 outubro 2009, 20h10min

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à Administração Financeira**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise**. São Paulo: Saraiva, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. **Análise de Balanços Para Controle Gerencial: Enfoque sobre o fluxo de caixa e previsão de rentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SANTOS, Ariovaldo dos: **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OCESC. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 11. ed. Florianópolis: OCESC/SESCOOP, 2009.

OLINQUEVITCH, José Leônidas; SANTI FILHO, Armando de. **Análise de Balanços Para Controle Gerencial: demonstrativos contábeis exclusivos do fluxo de tesouraria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. rev. (conforme NBR 14724:2002) Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

SÀ, Antônio Lopes de. **Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade Geral e Tributária**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2009.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas 2001.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. **Compreenda as Finanças de sua Empresa: introdução à análise das demonstrações contábeis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração Estratégica do Capital de Giro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do Trabalho Científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.P.U, 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Manual de Finanças para Cooperativas e Demais Sociedades**. 1. ed. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão Financeira para Cooperativas: de produção, consumo, crédito e demais sociedades**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.